

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Diretoria de 2015

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referente ao exercício • Instituto Great Place To Work findo em 31 de dezembro de 2015.

Mineral Crisotila

Em 2015, a SAMA, vendeu 246,1 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 13,29% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 140,3 mil toneladas, representando uma redução de 6,95% na comparação entre os anos de 2015 e 2014, exportações tiveram um volume de 105,8 mil toneladas, apresentando um recuo de 20,46% na comparação com o ano anterior em função, da redução do mercado da Índia. No final de 2015, a SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila.

• Instituto Great Place To Work e Jornal O Popular exportações tiveram um volume de 105,8 mil toneladas, apresentando uma redução de 6,95% na comparação entre os anos de 2015 e 2014, exportações tiveram um volume de 105,8 mil toneladas, apresentando uma redução de 20,46% na comparação com o ano anterior em função, de redução do mercado da Índia. No final de 2015, a SAMA manteve sua participação entre os anos de 2015 e 2014, exportações tiveram um volume de 105,8 mil toneladas, apresentando uma redução de 20,46% na comparação com o ano anterior em função, de redução do mercado da Índia. No final de 2015, a SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado do crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, México, Bolívia, Zimbábue, Vietnã, Estados Unidos, Sri-Lanka, e Canadá

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta Categoria; Médias Nacionais (de 100 a 999 funcionários)

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 425,5 milhões em 2015, um aumento de 4,35% em relação a 2014. No mercado interno, a receita líquida apresentou uma redução de 1,11% em relação a 2014 e totalizou R\$ 230,5 milhões. A redução da receita líquida no mercado interno é decorrente da desaceleração do setor de materiais de construção. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 195,1 milhões, um aumento de 11,63% em relação a 2014, devido à valorização de 41,6% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período), a qual neutralizou integralmente a redução do volume vendido.

A SAMA registrou um lucro líquido de R\$ 83,6 milhões em 2015, um aumento de 17,82% em relação a 2014, principalmente pelos fatores Categoria: 10 melhores empresas em IDHO comentados acima.

conlinados adminitarios de sercício, R\$ 1,9 milhões foi destinado para Retenção de Lucros e R\$ 81,7 milhões foram destinados ao pagamento • RHs Mais Admirados do Ano - 2015 de dividendos e juros sobre capital próprio.

Investimentos

• Revista Minérios e Minerales

Os investimentos somaram R\$ 9,9 milhões em 2015, uma redução de 16,86% em relação ao ano anterior, investimentos estes realizados com recurso próprio, tendo sido priorizado os recursos para a manutenção da operação atual, antipoluição, higiene, segurança e meio ambiente e aumento da produtividade da planta industrial. Os principais investimentos foram para Adequação da planta industrial para Projeto: Redução de 5% de água potável na área industrial

atender a NR-12, relocação da tubulação de água potável, equipamentos de Mineração e controle de poluição.

O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade e alinhamento das estratégias de preço e mix para atender os mercados interno e externo.

AGRADECIMENTOS
Agradecemos aos nos 2015; e confiamos no

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A empresa conquistou diversos prêmios em 2015, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2015:

As 100 Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina 2015 - 6º lugar Categoria: As 25 melhores empresas, acima de 500 a 1.000 funcionários

Melhores empresas pra trabalhar no Centro Oeste - 1º lugar

Consultoria Great Place To Work e Revista Época

Melhores empresas para trabalhar - 1º luga

Categoria: Melhor empresa no Setor Mineração

Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH

As 100 empresas em IDHO - Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional 2015

- Empresa Psicologicamente Saudável do Brasil

· Revista Minérios e Minerales

Entre as 26 empresas a conquistar o 17º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-Metalúrgica Brasileira

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2015; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o nvolvimento sustentável do País.

Minacu, 27 de abril de 2016.

A Diretoria

internacional.											A Diretoria
			Balanços P	atrimoniais em	31 de Dezemb	oro de 2015 e 2014 (Em milhares de	e reais - R\$)				
	Nota		Controladora		Consolidado		Nota		Controladora		Consolidado
ATIVOS	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	232	3.127	235	3.128	Fornecedores	13	9.197	13.386	9.197	13.386
Aplicações financeiras	5	4.386	5.228	5.759	6.503	Partes relacionadas	10	1.262	320	1.262	320
Contas a receber	6	82.582	89.416	82.582	89.416	Empréstimos e financiamentos	14	71.329	63.281	71.329	63.281
Estoques	7	56.711	56.721	56.711	56.721	Obrigações com pessoal	15	10.143	12.867	10.143	12.867
Impostos a recuperar	8	552	826	608	885	Dividendos e juros sobre o capital próprie		10.145	12.007	10.140	12.007
Partes relacionadas	10.a	8.534	8.510	8.534	8.510		0 10 a 18.d	17.848	19.974	17.848	19.974
Outros ativos circulantes		1.339	1.066	1.341	1.068	a pagar Provisão para benefícios pós emprego	10 a 16.u 17.b	2.141	1.166	2.141	1.166
Total do ativo circulante		154.336	164.894	155.770	166.231			6.240	14.667		14.668
						Impostos, taxas e contribuições a recolhe	ei io	3.278		6.245 3.278	3.086
						Outros passivos circulantes			3.086		
						Total dos passivos circulante		121.438	128.747	121.443	128.748
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		4.104	3.894	4.108	3.895	Provisão para benefícios pós emprego	17.b	12.598	13.924	12.598	13.924
Impostos a recuperar	8	394	724	394	724	Empréstimos e financiamentos	14	368	3.398	368	3.398
Imposto de renda e contribuição						Provisão para riscos tributários, cíveis					
social diferidos	19.b	20.233	16.486	20.233	16.486	e trabalhistas	20	32.260	29.119	32.260	29.119
Partes relacionadas	10.a	35.381	31.763	35.381	31.763	Provisão para desmobilização da mina	28	12.617	10.718	12.617	10.718
Investimentos	9	1.680	1.591	-	-	Outros passivos não circulantes		-	-	2	2
Imobilizado	11	52.306	59.292	52.318	59.306	Total do passivo não circulante		57.843	57.159	57.845	57.161
Intangível	12	1.226	1.692	1.229	1.700	Patrimônio líquido			011100		011101
Outros ativos não circulantes		1.421	599	1.655	833	Capital social	18.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Total do ativo não circulante		116.745	116.041	115.318	114.707	Reserva de capital	10.a	34	34	34	34
						Reservas de lucros				27.799	
								27.799	31.348		31.348
						Outros resultados abrangentes		(1.133)	(1.453)	(1.133)	(1.453)
						Total do patrimônio líquido		91.800	95.029	91.800	95.029
TOTAL DO ATIVO	:	271.081	280.935	271.088	280.938	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO L	IQUIDO	271.081	280.935	271.088	280.938
				As notas explicat	ivas são parte integ	grante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Nota		Reserva			Reservas de lucros Retenção	Lucros	Outros resultados	Total do patrimônio
	explicativa	Capital social	de capital	Estatutária	Legal	de lucros	acumulados	abrangentes	líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2014	explicativa	65.100	34	13.020	6.510	10.998	acumulados	428	96.090
Lucro líquido do exercício		03.100			0.510	10.990	71.020		71.020
		-	-	-	-	-		-	71.020
Constituição de reservas		-	-	-	-	820	(820)		
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(1.881)	(1.881)
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1294 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(4.509)	-	(4.509)
Dividendos - R\$ 1,8851 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(65.691)	-	(65.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		65.100	34	13.020	6.510	11.818	-	(1.453)	95.029
Lucro líquido do exercício		-	-	=	-	-	83.674	=	83.674
Constituição de reservas		-	-	-	-	1.884	(1.884)	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	=	-	=		317	317
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1289 por ação em circulação	18.d	-	-	-	-	-	(5.538)	-	(5.538)
Dividendos - R\$ 2,0537 por ação em circulação	18.c			<u>-</u>		(5.430)	(76.252)	<u> </u>	(81.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		65.100	34	13.020	6.510	8.269		(1.133)	91.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

				·		•					
		Demonstraçã	ões dos Fluxos d	de Caixa - Exerc	cícios findos e	em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 ((Em milha	res de reais - R\$)			
	Nota		Controladora		Consolidado		Nota		Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		licativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades						Pagamento de riscos trabalhistas,					
operacionais						cíveis e tributários	20		(322)		(322)
Lucro antes do imposto de renda e da						Dividendos e juros sobre capital próprio	10.a	(2.126)	11.239	(2.126)	11.239
contribuição social		123.754	108.641	123.781	108.671	Pagamento de benefícios pós emprego	17.d	(1.829)	(1.925)	(1.829)	(1.925)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do)					Outros passivos		(192)	742	(192)	741
imposto de renda e da contribuição						Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.541) (54.748)	(1.012) (37.579)	(4.541)	(1.012) (37.605)
social com o caixa líquido gerado pela	S					Caixa líquido gerado pelas atividades	•	(54.746)	(37.579)	(54.776)	(37.003)
atividades operacionais:						operacionais		84.990	63.177	84.922	63.055
Resultado da equivalência patrimonial	9	(89)	(93)		-	Fluxos de caixa das atividades de		04.330	03.177	04.322	03.033
Depreciação e amortização	11/12	17.350	19.237	17.359	19.246	investimento					
Resultado na baixa de ativos permaner		(34)	254	(34)	254	Recebimento pela venda de imobilizado	23	1	400	1	400
Provisão para riscos tributários, cíveis e		0.444	0.000	0.444	0.000	Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(9.933)	(11.947)	(9.933)	(11.947)
trabalhistas Provisão desmobilização da mina	20 28	3.141 1.093	2.903 992	3.141 1.093	2.903 992	Aplicações financeiras de curto prazo		(148.976)	(155.356)	(148.976)	(155.356)
Provisão desmobilização da mina Provisão benefícios pós emprego	20	1.093	992	1.093	992	Resgates de aplicações financeiras de		` ,	, ,	` ,	,
circulante e não-circulante	17.b	351	(660)	351	(660)	curto prazo		150.689	159.444	150.759	160.836
Reversão (provisão) para perdas divers		(212)	(1.260)	(212)	(1.260)	Mútuo com empresas ligadas a receber		(3.618)	(2.655)	(3.618)	(2.655)
Encargos financeiros, variação monetái		(212)	(1.200)	(212)	(1.200)	Caixa líquido (aplicado) nas atividades					
e variação cambial	Id	(1.742)	(2.068)	(1.742)	(2.069)	de investimento		(11.837)	(10.114)	(11.767)	(8.722)
Rendimento de aplicações financeiras		(872)	(859)	(1.039)	(1.073)	Fluxos de caixa das atividades					
Variação líquida despesas antecipadas		55	(149)	55	(149)	de financiamento			004.000		004.000
variação riquida acopedão articolpadão	_	142.795	126.938	142.753	126.855	Captação de empréstimo e financiamentos Amortização de empréstimos e financiamento		222.936 (208.409)	204.200 (195.889)	222.936 (208.409)	204.200 (195.889)
(Aumento) redução nos ativos operacio	nais:		120.000		120.000	Pagamento de dividendos e juros sobre o	JS	(208.409)	(195.669)	(200.409)	(195.009)
Contas a receber	6	6.834	(14.681)	6.834	(14.681)	capital próprio		(90.575)	(58.285)	(90.575)	(59.555)
Partes relacionadas a receber	10.a	(24)	(504)	(24)	(504)	Caixa líquido aplicado nas atividades de		(30.373)	(30.203)	(30.373)	(55.555)
Estoques	7	`10 [′]	(21.120)	`10 [′]	(21.120)	financiamento		(76.048)	(49.974)	(76.048)	(51.244)
Impostos a recuperar	8	604	567	607	557	Aumento (diminuição) do caixa e equivaler	ntes	(10.0.0)	(10.01.1)	(101010)	(01.211)
Depósitos judiciais		210	(355)	213	(355)	de caixa		(2.895)	3.089	(2.893)	3.089
Outros ativos		506	(360)	505	(361)	Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes	s				
Aumento (redução) nos passivos opera						de caixa					
Fornecedores	13	(4.189)	2.049	(4.189)	2.049	No início do exercício	4	3.127	38	3.128	39
Impostos, taxas e contribuições a recoll		3.462	(1.631)	3.459	(1.632)	No fim do exercício	4	232	3.127	235	3.128
Partes relacionadas a pagar	10.a	942	131	942	131	Aumento (diminuição) do caixa e					
Obrigações com pessoal	15	(2.724)	1.000	(2.724)	1.000	equivalentes de caixa		(2.895)	3.089	(2.893)	3.089
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em

31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota		Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	21	425.533	407.789	425.533	407.789
Custos dos produtos vendidos	22	(214.136)	(206.966)	(214.136)	(206.966)
Lucro bruto		211.397	200.823	211.397	200.823
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(37.643)	(39.536)	(37.643)	(39.536)
Gerais e administrativas	22	(50.485)	(49.931)	(50.535)	(50.025)
Remuneração da Administração	10.b/22	(1.328)	(1.843)	(1.328)	(1.843)
Outras receitas (despesas) operaciona	ais,	` ,	, ,	` ,	, ,
líquidas	23	915	(2.731)	914	(2.728)
Resultado da equivalência patrimonial	9	89	93	-	· -
Total das receitas (despesas) opera	cionais	(88.452)	(93.948)	(88.592)	(94.132)
Despesas financeiras	24	(103.243)	(33.019)	(103.243)	(33.020)
Receitas financeiras	24	104.052	34.785	104.219	35.000
Resultado financeiro líquido		809	1.766	976	1.980
Lucro antes do imposto de renda e					
da contribuição social		123.754	108.641	123.781	108.671
Imposto de renda e contribuição so	cial				
Correntes	19.a	(43.992)	(35.871)	(44.019)	(35.901)
Diferidos	19.a	3.912	(1.750)	3.912	(1.750)
Lucro líquido do exercício		83.674	71.020	83.674	71.020
Lucro líquido por ação, básico e					
diluído - R\$	18.b	2,40	2,04	2,40	2,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, com participação e capital volante detidos de 99,94% e esta não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo.

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/2012 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/2013, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente O governo do Estado de Mato Grosso regulamentou a Lei nº 9.583/2011 através do Decreto nº 68/15, publicado no dia 16 de abril de 2015, que veda o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 27 de abril de 2016.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício da empresa controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2.3. Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras e a melhor comparabilidade dos saldos. a Companhia efetuou a seguinte reclassificação no saldo de 31 de dezembro de 2014, o saldo na rubrica de juros ativos recebidos de R\$ 3.757, controladora e consolidado, foi reclassificado para a rubrica de realização de valor presente no resultado financeiro líquido.

A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças d Os valores reclassificados não eram materiais

2.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia em uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso

2.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetariors em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens em poeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo em considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa foi determinador de cada con razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa foi determinador de cada con razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida da obrigação e uma despesa do exercício. Essa contrapartida d Os itens não mo netários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser conve utilizando a taxa vigente da data da transação

2.6. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, O valor atual da provisão para benefícios pós emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais - R\$)

			Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Lucro líquido do exercício	83.674	71.020	83.674	71.020	
Outros resultados abrangentes					
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de					
benefício definido	484	(2.849)	484	(2.849)	
Efeito de imposto de renda e contribuição social	(164)	968	(164)	968	
Outros resultados abrangentes líquidos de					
impostos	320	(1.881)	320	(1.881)	
Total de outros resultados abrangentes do					
exercício, líquidos de impostos	83.994	69.139	83.994	69.139	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização,

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante

Os passivos financeiros foram classificados como seque:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Em 31 de dezembro 2015, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entraram em vigor em ou após 1º de janeiro de 2016.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e Incorporação Imobiliária. Vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração CPC 27 (IAS 16) e CPC 29 (IAS 41)	A norma diferencia o ativo biológico, entendido como um animal vivo ou uma planta viva, em consumível e de produção. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo entende que a alteração na norma não traz impacto ao seu ramo de atividade.
Alteração IFRS 11 - Negócios em conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma joint venture (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao business combination (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que o IFRS 11 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Adoção do IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 Leases and Issued) - CPC 06 Arrendamento mercantil	A norma estabelece não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil onde podemos efetivar o registro como <i>leasing</i> financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. Já previsto no IAS 17. Vigência a partir de 01/01/2019.	O Grupo não espera que o IFRS 16 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 6 (CPC 34 Exploração e avaliação de recursos minerais)	O objetivo deste pronunciamento é regulamentar a melhor forma de classificação e mensuração dos da atividade de exploração de recursos minerais, em virtude da continuidade nas discussões junto ao IASB e demais órgãos internacionais em relação à norma o CPC decidiu não emitir devido a revisão dos órgãos competentes internacionais. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.
IAS 29 (CPC 42 Contabilidade e Evidenciação em Economia Hiperinflacionária	A norma estabelece critérios de correção às demonstrações financeiras em países de economia com situação de alta inflação. O CPC não aprovou o pronunciamento tendo em vista a experiência anterior com a correção integral das demonstrações financeiras. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas ao final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, fluturação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância

obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada

3.4. Provisão para benefícios futuros pós emprego

atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	232	3.127	235	3.128
5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
-		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos	4.386	5.228	5.759	6.503

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 100,9% da variação do CDI (102% em 31 de dezembro de 2014). Representam aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazó de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

6. CONTAS A RECEBER Controladora e Consolidado 31/12/2015 14.205 76.054 31/12/2014 16.612 73.753 Contas a receber de clientes Contas a receber de cliente exterior (-) Aiuste a valor presente (319) (330) (-) Clientes do exterior a embarca Perda estimada para crédito e liquidação duvidosa 89.416 Total 82.582

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizados no grupo de "despesas com vendas".

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

		Controlacióna	Consone		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
A vencer	70.566	82.440	70.566	82.440	
Valores vencidos:					
Até 30 dias	10.900	5.240	10.900	5.240	
Entre 30 e 60 dias	497	1.078	497	1.078	
Acima de 60 dias	619	658	619	658	
	82.582	89.416	82.582	89.416	

7. ESTOQUES Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controlado	ra e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	39.077	41.181
Produtos semiacabados	3.454	2.444
Materiais auxiliares	14.370	13.286
(-) Provisão para perdas (*)	(190)	(190)
Total	56.711	56.721

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

Não houve movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram consumidos o equivalente a R\$ 28.250 (R\$ 30.817 em 31 de dezembro de 2014) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e Consolidado. Não existe estoques dados em garantia

Controladora

Consolidado

Controladora

Total

Imobili-

zações em

andamento

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e				
Serviços - ICMS	543	813	543	813
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	9	13	65	72
Total	552	826	608	885
Ativo não circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e				
Serviços - ICMS	394	724	394	724

9. INVESTIMENTOS

0. HV1201HH21V100		
A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financia	eiras individuais, é como segue	:
	_	Total
Em 1º de janeiro de 2014	_	2.767
Equivalência patrimonial		93
Recebimento dividendos exercícios anteriores		(1.269)
Em 31 de dezembro de 2014		1.591
Equivalência patrimonial		89
Em 31 de dezembro de 2015	_	1.680
Demonstramos abaixo os saldos da empresa controlada Engedis:		
9	2015	2014
Ativo	1.687	1.594
Passivo	6	2
Patrimônio líquido	1.681	1.592
Lucro líquido do exercício	89	93

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

,,				Ativo circulante	Ativ	vo não circulante			P	assivo circulante
		Contas a receber	Outras	contas a receber		Mútuo ativo		Dividendos	Outra	as contas a pagar
	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Eternit S.A. (i), (ii), (iii) e (iv)	6.681	7.544	71	29	35.381	31.763	17.848	19.974	1.254	311
Precon (i)	1.782	937	-	-	-	-	-	-	-	-
Prel									9	9
Total	8.463	8.481	71	29	35.381	31.763	17.848	19.974	1.263	320

(i) Os saldos a receber referem-se a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorre dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do ativo circulante.

(ii) Os recursos concedidos para sua controladora Eternit S.A., classificados no ativo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos

Máquinas de

extração

Instalações

Máquinas e

equipamentos

- investimentos no ativo imobilizado da Companhia.
- (iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio l^íquido de imposto de renda retido na fonte a pagar para a controladora. (iv) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas com vencimento pré-determinado.

_		Vendas		Despesas	0	utras receitas
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Precon	14.402	12.708	-	-	-	-
Eternit	81.958	78.335	-	-	-	-
Descontos concedidos - Eternit	-	30	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	106	133	-	-
Juros sobre mútuo - Eternit	-	-	-	-	4.257	3.124
JCP - Eternit	<u> </u>	<u>-</u>	5.538	4.509	<u> </u>	
Total	96.360	91.073	5.644	4.642	4.257	3.124

As transações de vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes

Em 31 de dezembro de 2015 não existiam garantias em aberto com partes relacionadas, e não existiam provisões para redução do saldo de contas a receber de partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controlado	ra e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Salários, honorários e benefícios	1.098	941
Participação nos lucros - PLRE	230	902
Total	1.328	1.843

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede PRLE complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição

Terrenos

Edifícios e

benfeitorias

para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só para legociação das aques, inilidad a 30% apos o leterio ano, 30% apos o quanto ano, 30% apos o quinto ano e 10% licarao retidos e 30 poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM n° 358/02.

Esse plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações: uma vez que, o executivo não recebe ações diretamente da Companhia; e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Imobilizado

Veículos

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos para corocar o aver no ocar a extinuação e um com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os beneficios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

fora-de

estrada

Móveis e

utensílios

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

bilização

da mina

contenção

na mina

mentos de

informática

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	rerrenos	Deniellorias	equipamentos	extração	Instalações	veiculos	estrada	utensinos	Informatica	ua mina	na mina	andamento	Iotai
Custo													
Saldo em 01/01/2014	560	14.236	40.641	27.570	129.078	16.687	4.537	6.951	2.590	5.779	13.387	4.430	266.446
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.452	11.452
Baixas	-	-	(319)	(7)	-	-	(2.763)	(33)	(78)	-	-	-	(3.200)
Transferências		607	2.215	2.495	8.360	457		619	335	<u>-</u>		(15.088)	
Saldo em 31/12/2014	560	14.843	42.537	30.058	137.438	17.144	1.774	7.537	2.847	5.779	13.387	794	274.698
Adições	-			-				-		-	-	9.758	9.758
Baixas	_	_	(3.577)	(2)	(12)	(107)	(58)	(645)	(285)	_	_	-	(4.686)
Transferências	_	36	2.361	657	6.351	363	(,	206	67	_	_	(10.041)	(,
Saldo em 31/12/2015	560	14.879	41.321	30.713	143.777	17.400	1.716	7.098	2.629	5.779	13.387	511	279.770
		2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%		270.770
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	0,0%	20,4%	10%	20%	20,0%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação e exaustão													
Saldo em 01/01/2014	_	(10.904)	(35.600)	(19.062)	(108.594)	(10.854)	(4.041)	(3.683)	(2.096)	(1.320)	(3.575)	-	(199.729)
Adições	_	(83)		(4.491)	(5.765)	(4.742)	(181)	(546)	(193)	(231)	(696)	_	(18.572)
Baixas	_	-	` 159 [′]	7	-		2.617	33	78	-	-	_	2.894
Saldo em 31/12/2014		(10.987)	(37.084)	(23.546)	(114.359)	(15.596)	(1.605)	(4.196)	(2.211)	(1.551)	(4.271)		(215.406)
Adições		(263)		(4.265)	(7.666)	(721)	(124)	(543)	(214)	(231)	(812)		(16.709)
Baixas	-	(203)	3.574	(4.203)	(7.000)	108	58	613	286	(231)	(012)	-	4.652
	<u>-</u>	(44.050)		(07.000)						(4.700)	(F.000)	<u> </u>	
Saldo em 31/12/2015		(11.250)	(35.381)	(27.809)	(122.014)	(16.209)	(1.671)	(4.126)	(2.139)	(1.782)	(5.083)		(227.464)
Valor residual													
Em 01/01/2014	560	3.332	5.041	8.508	20.484	5.833	496	3.268	494	4.459	9.812	4.430	66.717
Em 31/12/2014	560	3.856	5.453	6.512	23.079	1.548	169	3.341	636	4.228	9.116	794	59.292
Em 31/12/2015	560	3.629	5.940	2.904	21.763	1.191	45	2.972	490	3.997	8.304	511	52.306
	-	0.020	0.0.0		2					0.00.	0.00	•	02.000
													Consolidado
•							Veículo		Equipa-	Desmo-	Obras de	Imobili-	
		Edifícios e	Máguinas e	Máguinas de			fora-de-	Móveis e	mentos de	bilização	contenção	zações em	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	fora-de- estrada	Móveis e	mentos de informática	bilização da mina	contenção na mina	zações em andamento	Total
Custo	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	fora-de- estrada	Móveis e utensílios	mentos de informática	bilização da mina	contenção na mina	zações em andamento	Total
Custo Saldo em 01/01/2014		benfeitorias	equipamentos	extração			estrada	utensílios	informática	da mina	na mina	andamento	
Saldo em 01/01/2014	Terrenos 571				Instalações 129.239	Veículos 16.687						andamento 4.430	266.733
Saldo em 01/01/2014 Adições		_benfeitorias 14.358	equipamentos 40.633	extração 27.570			<u>estrada</u> 4.537	utensílios 6.952	2.590	da mina	na mina	andamento	266.733 11.452
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas		14.358 (10)	40.633 (310)	27.570 (7)	129.239	16.687 - -	estrada	6.952 (33)	2.590 - (78)	da mina	na mina	4.430 11.452	266.733
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências	571 - - -	14.358 (10) 607	40.633 (310) 2.215	27.570 (7) 2.495	129.239 - - 8.360	16.687 - - 457	estrada 4.537 - (2.763)	6.952 (33) 619	2.590 (78)	da mina 5.779 - - -	13.387 - - -	4.430 11.452 (15.088)	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014		14.358 (10)	40.633 (310)	27.570 (7)	129.239	16.687 - -	<u>estrada</u> 4.537	6.952 (33)	2.590 - (78)	da mina	na mina	4.430 11.452 (15.088) 794	266.733 11.452 (3.201) - 274.983
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições	571 - - -	14.358 (10) 607	40.633 (310) 2.215 42.538	27.570 - (7) 2.495 30.058	129.239 - - 8.360 137.599	16.687 - - - 457 17.144	4.537 - (2.763) - 1.774	6.952 - (33) 619 7.538	2.590 - (78) 335 2.847	da mina 5.779 - - -	13.387 - - -	4.430 11.452 (15.088)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas	571 - - -	14.358 (10) 607 14.955	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577)	27.570 - (7) 2.495 30.058	129.239 - - 8.360 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	16.687 - - 457 17.144 - (107)	estrada 4.537 - (2.763)	6.952 - (33) 619 7.538	2.590 (78) 335 2.847 (285)	da mina 5.779 - - -	13.387 - - -	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361	27.570 (7) 2.495 30.058 - (2) 657	129.239 - 8.360 137.599 - (12) 6.351	16.687 - 457 17.144 - (107) 363	4.537 (2.763) - 1.774 - (58)	(33) 6.952 (33) 619 7.538 (645) 206	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67	5.779 - - - 5.779 - - -	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas	571 - - -	14.358 (10) 607 14.955	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577)	27.570 - (7) 2.495 30.058	129.239 - - 8.360 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	16.687 - - 457 17.144 - (107)	4.537 - (2.763) - 1.774	6.952 - (33) 619 7.538	2.590 (78) 335 2.847 (285)	da mina 5.779 - - -	13.387 - - -	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361	27.570 (7) 2.495 30.058 - (2) 657	129.239 - 8.360 137.599 - (12) 6.351	16.687 - 457 17.144 - (107) 363	4.537 (2.763) - 1.774 - (58)	(33) 6.952 (33) 619 7.538 (645) 206	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67	5.779 - - - 5.779 - - -	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 36 14.991	40.633 - (310) 2.215 42.538 - (3.577) 2.361 41.322	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713	129.239 - 8.360 137.599 - (12) 6.351 143.938	16.687 - 457 17.144 - (107) 363 17.400	4.537 (2.763) 	4.952 (33) 619 7.538 (645) 206 7.099	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629	5.779 - - - 5.779 - - - - - - - - - - - - - - - - - -	13.387 	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991 2,9%	40.633 - (310) 2.215 - 42.538 - (3.577) 2.361 - 41.322 - 8,6%	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4%	8.360 137.599 (12) 6.351 143.938	16.687 	4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8%	4.952 (33) 619 7.538 (645) 206 7.099	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629	5.779	13.387 	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686) - 280.056
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/101/2014	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 36 14.991 2,9%	40.633 (310) 2.215 42.538 - (3.577) 2.361 41.322 8,6% (35.600)	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4%	129.239 	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8%	(33) 619 7.538 (645) 206 7.099 10%	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	5.779	13.387 	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991 2,9%	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 42.538 - (3.577) 2.361 41.322 8,6% (35.600) (1.644)	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4%	8.360 137.599 (12) 6.351 143.938	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8%	4.952 (33) 619 7.538 (645) 206 7.099 10%	100 informática 2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193)	5.779	13.387 	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 366 14.991 2,9% (11.007) (95)	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 - 42.538 - (3.577) 2.361 - 41.322 - 8,6% (35.600) (1.644) - 159	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765)	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 26,8% (4.041) (181) 2.617	4.052 (33) 619 (645) 206 (7.099 (546) (546) 33	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78	5.779	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 36 14.991 2,9%	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546)	129.239 	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605)	(3.683) (4.196) utensilios	100 (2.096) (193) 78 (2.211)	5.779	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686) - 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 366 14.991 2,9% (11.007) (95)	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 - 42.538 - (3.577) 2.361 - 41.322 - 8,6% (35.600) (1.644) - 159	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765)	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 26,8% (4.041) (181) 2.617	4.052 (33) 619 (645) 206 (7.099 (546) (546) 33	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78	5.779	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686) - 280.056 (199.994) (18.557) 2.901
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 14.358 607 14.955 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095)	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765)	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605)	(3.683) (4.196) utensilios	100 (2.096) (193) 78 (2.211)	5.779	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686) - 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 14.358 607 14.955 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095)	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8.6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870) 3.574	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666)	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124)	(33) (4.196) (543) (543)	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78 (2.211) (214) (214) (2500 - 2.629 2.000 (2.000 - 2.620 - 2.620 (2.000 - 2.620	5.779	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 14.358 (10) 607 14.955 366 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095)	equipamentos 40.633	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58	(33) 619 7.538 - (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) 33 (4.196) (543)	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78 (2.211) (214) 286	5.779	13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Valor residual	571 	14.358 (10) 607 14.955 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095) (267)	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11 (122.176)	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721) 108 (16.209)	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58 (1.671)	(3.683) (546) (543) (4.126)	100 (2.139) (78) (139) (139) (1214) (2.139) (78) (78) (78) (79) (79) (79) (79) (79) (79) (79) (79	5.779 5.779 5.779 5.779 2.9% (1.320) (231) (1.551) (231)	13.387 13.387 13.387 13.387 5,3% (3.575) (696) (4.271) (812) (5.083)	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041)	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) - 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652 (227.738)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Valor residual Em 01/01/2014	571 	14.358 (10) 607 14.955 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095) (267) (11.362)	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 - 42.538 - (3.577) 2.361 - 41.322 - 8,6% (35.600) (1.644) - 159 (37.085) (1.870) 3.574 (35.381) 5.033	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11 (122.176)	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58 (1.671)	(33) 619 7.538 (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) 33 (4.196) (543) 613 (4.126)	2.590 (78) (335 2.847 (285) (67 2.629 20% (193) 78 (2.211) (214) 286 (2.139) (244) 494	5.779 5.779 5.779 5.779 2,9% (1.320) (231) (1.551) (231) (1.782)	13.387 13.387 13.387 5,3% (3.575) (696) (4.271) (812) (5.083)	andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652 (227.738)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Valor residual Em 01/01/2014 Em 31/12/2014	571 	14.358 14.358 (10) 607 14.955 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095) (267) (11.362)	equipamentos 40.633	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (7.666) (114.521) (7.666) 11 (122.176) 20.483 23.078	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58 (1.671) 496 169	(33) 619 7.538 - (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) (543) (543) (4.196) (543) 613 (4.126)	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78 (2.211) (214) 286 (2.139) 494 636	5.779	na mina 13.387	4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652 (227.738)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Valor residual Em 01/01/2014	571 	14.358 (10) 607 14.955 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095) (267) (11.362)	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 - 42.538 - (3.577) 2.361 - 41.322 - 8,6% (35.600) (1.644) - 159 (37.085) (1.870) 3.574 (35.381) 5.033	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11 (122.176)	16.687 	estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58 (1.671)	(33) 619 7.538 (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) 33 (4.196) (543) 613 (4.126)	2.590 (78) (335 2.847 (285) (67 2.629 20% (193) 78 (2.211) (214) 286 (2.139) (244) 494	5.779 5.779 5.779 5.779 2,9% (1.320) (231) (1.551) (231) (1.782)	13.387 13.387 13.387 5,3% (3.575) (696) (4.271) (812) (5.083)	andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652 (227.738)

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

12. INTANGIVEL
Política contábil
Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas po redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas

Controladora	Softwares	andamento	Total
Custo	_		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	5.047	-	5.047
Adições	-	495	495
Transferências	495	(495)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.542	-	5.542
Adições	-	175	175
Transferências	175	(175)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.717		5.717
Vida útil (em anos)	_ 5		-
Amortização	_		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	(3.185)	-	(3.185)
Adições	(665)	-	(665)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(3.850)	-	(3.850)
Adições	(641)		<u>(641</u>)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.491)		(4.491)
Valor residual			•
Saldo em 01 de janeiro de 2014	1.862	-	1.862
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.692	-	1.692
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.226	-	1.226
		Intangível em	
Consolidado	Softwares	<u>andamento</u>	<u>Total</u>
Custo	_		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	5.068	-	5.068
Adições	-	495	495
Transferências	495	(495)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.563	5	5.563
Adições	-	175	175
Transferências	175	(175)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.738		5.738
Consolidado		Softwares	Total
Vida útil (em anos)	=	5	-
Amortização			
Saldos em 01 de janeiro de 2014	-	(3.194)	(3.194)
Adicões		(669)	(669)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(3.863)	(3.863)
Adicões		(646)	(646)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.509)	(4.509)
Valor residual			
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	1.874	1.874
Saldo em 31 de dezembro de 2014		1.700	1.700
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.229	1.229
13. FORNECEDORES			
		Controladora	e Consolidado
	-	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	-	8.689	12.739
Mercado externo		508	647
		0.100	40.000

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

No exercício de 2015 a Companhia efetuou capitalização de custos com empréstimos para aquisições de imobilizados, totalizando o 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO montante de R\$ 453 (R\$ 768 em 2014)

	Taxa de juros e comissões - %	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:			
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a		
	10% a.a. + TJLP	3.049	4.939
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento			
de Contrato de Exportação)	Média de		
	3,06% a.a.	-	58.342
Moeda nacional para capital de giro	De 113,5% +		
· · · · · ·	123,9% CDI _	68.280	<u>-</u>
	_	71.329	63.281
Não circulante:	_		
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a		
	10% a.a. + TJLP _	368	3.398
	=	368	3.398
		Controladora	e Consolidado
		31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de pagamento do não circulante:	_		
2016		-	3.030
2017	_	368	368
		368	3.398
	-		

A Companhia possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2015.

15. OBRIGAÇÃO COM PESSOAL

	Controlauc	na e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Férias	4.423	5.247
Participação nos lucros e resultados (a)	4.037	5.924
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	311	307
Instituto nacional do seguro social - INSS	904	935
Salário educação	65	65
Previdência privada	400	385
Contribuição sindical	3	4
Total	10.143	12.867

(a) A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia.

A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados.

		_	31/12/2015	31/12/2014	
Controladora e consolidado			4.037	5.924	
16. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher					
		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Circulante:					
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	564	8.795	564	8.795	
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	420	1.689	421	1.690	
Demais tributos					
Imposto sobre circulação de mercadorias					
e serviços - ICMS	1.840	1.542	1.840	1.542	
Contribuição para financiamento da seguridade					
social - COFINS	848	392	851	392	
Programa de integração social - PIS	175	85	175	85	
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	654	546	654	546	
Contribuição Financeira de compensação de					
recursos minerais	1.423	1.413	1.423	1.413	
Outros	316	205	317	205	
Total circulante	6.240	14.667	6.245	14.668	

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Política contábil Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2015.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

							a e Consolidado
						31/12/2015	31/12/2014
or	Taxa anual de juro atuarial real					7,22%	6,11%
da	Taxa anual real de evolução dos cu	ustos médicos				3,80%	3,80%
é	Taxa anual de inflação projetada					6,49%	6,49%
	Tábua de mortalidade geral					AT-2000	AT-2000
	b) Passivo de plano de benefício	pós emprea	0				
<u>l</u>	a, a access are present an access and	,					a e Consolidado
						31/12/2015	31/12/2014
7	Circulante					2.141	1.166
5	Não circulante					12.598	13.924
-						14.739	15.090
<u>-</u> 2 5	c) Despesa líquida com benefício	o (reconhecio	da no resultado)				
-							a e Consolidado
7						31/12/2015	31/12/2014
-	Custo dos juros e serviços corrente	9				1.962	1.561
	Benefícios pagos					(1.829)	(1.925)
5)	Despesa líquida com benefício					133	(364)
5)	d) As mudanças no valor presen	te da obrigaç	ão de benefício d	efinido são:			
0)							Controladora e
1)						_	Consolidado
<u>1</u>)	Obrigações de benefícios definidos		neiro de 2014				8.902
_	Custo dos juros e serviços corrente	9					1.561
2	Benefícios pagos					_	(1.925)
2	Obrigações de benefícios definidos		zembro de 2014				8.538
6	Custo dos juros e serviços corrente	9					1.962
	Benefícios pagos					_	(1.829)
	Obrigações de benefícios definid	dos em 31 de	dezembro de 201	5		_	8.671
<u> </u>	e) Movimento nas obrigações de	benefícios d	lefinidos do plano	em 2015:			
В							Controladora e
5						_	Consolidado
	01 de janeiro de 2015						15.090
<u>-</u> 3	Custo dos juros e serviços corrente	9					1.962
5	Subtotal incluído no resultado					-	1.962
-	Benefícios pagos						(1.829)
В	Ajustes de experiência					-	(484)
-	31 de dezembro de 2015					=	14.739
<u>ıl</u>	f) Análise de sensibilidade						
-		Sensibi	lidade da taxa de				nento de custos
4)	Controladora e Consolidado			<u>bes calculadas</u>			ções calculadas
4)		Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
<u>9)</u> 3)	Impacto na obrigação com	44 700	40.400	16.000	14 700	16.055	10 504
6)	benefício líquida	14.739	13.492	16.099	14.739	16.055 9,00%	13.531
9) 9)	Variação		(8,00%)	9,00%		9,00%	(8,00%)

Controladora e Consolidado

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	31/12/2015	31/12/2014
Dentro dos próximos 12 meses	2.141	1.166
Entre 2 e 5 anos	4.113	4.986
Entre 5 e 10 anos	4.047	4.286
Após 10 anos	4.438	4.652
	14.739	15.090

II) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não há provisão registrada em dezembro de 2015.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controlado	ia e consonuado
	31/12/2015	31/12/2014
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	2.326	2.210

Política contábil

Controladora e Consolidado

Participação nos lucros e resultados

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Composição acionária Pessoas jurídicas

O capital social autorizado da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R\$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 31/12/2015 31/12/2014

Acionistas

b) Resultado por ação		
Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.	reconcilia o lucro	líquido aos montante
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	83.674	71.020
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias	34.847.445	34.847.445
Lucro básico e diluído por ação - R\$	2,40	2,04

Lucro básico e diluído por ação - R\$ Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

c) Dividendos

Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 31/03/2015	29/05/2015	11.973	0,4531
AGE de 31/03/2015	29/06/2015	4.148	0,4531
AGE de 31/03/2015	08/07/2015	2.000	0,4531
AGE de 30/06/2015	08/07/2015	2.000	0,4774
AGE de 30/06/2015	30/07/2015	2.000	0,4774
AGE de 30/06/2015	31/07/2015	3.000	0,4774
AGE de 30/06/2015	13/08/2015	4.000	0,4774
AGE de 30/06/2015	28/08/2015	8.585	0,4774
AGE de 30/06/2015	01/10/2015	4.042	0,4774
AGE de 30/09/2015	05/10/2015	1.000	0,4086
AGE de 30/09/2015	16/11/2015	2.000	0,4086
AGE de 30/09/2015	30/11/2015	8.938	0,4086
AGE de 30/09/2015	30/12/2015	11.479	0,4086
AGE de 31/12/2015	11/04/2016	6.901	0,5460
AGE de 31/12/2015	13/05/2016	9.616	0,5460
Total	_	81.682	

d) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio propostos ou pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 31/03/2015	30/04/2015	1.185	0,0340
AGE de 30/06/2015	31/07/2015	1.324	0,0380
AGE de 30/09/2015	30/12/2015	1.464	0,0420
AGE de 31/12/2015	29/02/2016	1.565	0,0449
Total		5.538	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar			

Os saldos de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2015, representam:

	Controlado	Jia e Collsoliuauo
	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre capital próprio	1.330	947
Dividendos	16.518	19.027
	17.848	19.974

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme seque:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da				
contribuição social	123.754	108.641	123.781	108.671
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a				-
alíquotas nominais	(42.076)	(36.938)	(42.085)	(36.948)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	, ,	, ,	, ,	` ,
decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	30	32	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.883	1.533	1.883	1.533
Doações e brindes	(564)	(1.408)	(564)	(1.408)
Outras (adições) exclusões sobre diferenças	, ,	, ,	, ,	, ,
temporárias	647	(840)	659	(828)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(40.080)	(37.621)	(40.107)	(37.651)
Taxa efetiva	32,4%	34,6%	32,4%	34,6%
A composição da despesa com imposto de renda e contr	ihuicão social anrese	ntada nas demonstrad	no chetluser do seña	e evercícios findos

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social a em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 encontra-se resumida a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social corrente	(43.992)	(35.871)	(44.019)	(35.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.912	(1.750)	3.912	(1.750)
	(40.080)	(37.621)	(40.107)	(37.651)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios futuros a ex-empregados	5.011	5.131	5.011	5.131
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.027	7.959	9.027	7.959
Provisão para perdas no recebimento de créditos	210	210	210	210
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.373	1.044	1.373	1.044
Mercadorias não embarcadas	1.470	-	1.470	-
Provisão desmobilização da mina	2.051	1.680	2.051	1.680
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	108	112	108	112
Provisão perdas ações Eletrobrás	263	307	263	307
Provisão perdas	661	-	661	-
Outras provisões	59	43	59	43
Total	20.233	16.486	20.233	16.486

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue

	Controlador	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	
2015		1.681	
2016	3.929	667	
2017	1.433	667	
2018	728	667	
2019 a 2025	14.143	12.804	
Total	20.233	16.486	

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferencas temporárias, em 31 de dezembro de 2015, pode a cismatava un cemera de constante de impostos de controles des informes de controles des informes de controles de control

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Processos trabalhistas (i)	7.952	7.559
Processos cíveis	5.496	4.902
Processos tributários (ii)	18.812	16.658
Total	32.260	29.119
(i) No área trabalhista ao principais processos contemplam:		

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pédidos de (i) hora extra, (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insálubridade e periculosidade, (iv) verbas rescisórias entre outras (ii) Na área tributária os principais processos englobam:

- a) Discussões referente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).
- b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

			Controladora	e Consolidado
	Provisões	Provisões	Provisões	
	trabalhistas	cíveis	tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	8.730	4.368	13.440	26.538
Adições	682	524	1.697	2.903
Pagamentos	(322)	-	-	(322)
Reversões	(1.531)	10	1.521	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.559	4.902	16.658	29.119
Adições	393	606	2.154	3.153
Pagamentos	=	-	-	-
Reversões	<u> </u>	(12)	-	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.952	5.496	18.812	32.260

(iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2015, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 723 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2014), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas
- Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Reguesos Minerais CEFM hom como ação acultático uma conscisão fondado a valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível III, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível III e nem transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível III e nível Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- · A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos:
- · O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade
- · Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas

	Controlado	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	
Receita bruta de vendas	496.823	478.377	
Impostos incidentes sobre as vendas	(71.290)	(70.588)	
Receita operacional líquida	425.533	407.789	

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos produtos vendidos	(214.136)	(206.966)	(214.136)	(206.966)
Despesas com vendas	(37.643)	(39.536)	(37.643)	(39.536)
Despesas gerais e administrativas	(50.485)	(49.931)	(50.535)	(50.025)
Remuneração da Administração	(1.328)	(1.843)	(1.328)	(1.843)
	(303.592)	(298.276)	(303.642)	(298.370)
Matéria-prima consumida	(28.250)	(30.817)	(28.250)	(30.817)
(-) Ajuste a valor presente	` -	410	` <u>-</u>	410
Despesas com pessoal e encargos	(65.642)	(61.217)	(65.642)	(61.217)
Materiais, energia elétrica e serviços	(61.054)	(43.453)	(61.054)	(43.453)
Despesas de vendas variáveis	(35.172)	(35.623)	(35.172)	(35.623)
Depreciação e amortização	(17.350)	(19.237)	(17.357)	(19.246)
Serviços de terceiros	(75.289)	(76.786)	(75.329)	(76.870)
Comissões sobre vendas	(1.747)	(1.888)	(1.747)	(1.888)
Contribuição para entidades de classe	(8.225)	(7.111)	(8.225)	(7.111)
Propaganda e publicidade	(2.673)	(2.270)	(2.673)	(2.270)
Impostos e taxas	(1.197)	(1.135)	(1.197)	(1.135)
Participação nos resultados	(2.899)	(6.297)	(2.899)	(6.297)
Conservação e limpeza	(3.269)	(3.000)	(3.269)	(3.000)
Outras	(825)	(9.852)	(828)	(9.853)
	(303.592)	(298.276)	(303.642)	(298.370)

23. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAL	IS, LIQUIDAS			
		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	1.959	103	1.959	103
Aluguéis	563	538	590	564
Vendas de bens do imobilizado	1	400	1	400
Outras vendas	80	164	80	164
Créditos extemporâneos	3.206	-	3.206	-
Outras receitas	4		4	<u>-</u>
	5.813	1.205	5.840	1.231
		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	-	(125)	-	(125)
Provisão para benefícios pós emprego	(1.299)	(1.423)	(1.299)	(1.423)
Impostos sobre outras vendas	(682)	(540)	(689)	(542)
Custo da baixa do imobilizado	(35)	(146)	(35)	(146)
Desmobilização da mina	(1.093)	(992)	(1.093)	(992)
Outras perdas excepcionais	(1.480)	(423)	(1.480)	(423)
Outras	(309)	(287)	(330)	(308)
	(4.898)	(3.936)	(4.926)	(3.959)
•	915	(2.731)	914	(2.728)

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras:				
Variação cambial passiva	(92.639)	(26.715)	(92.639)	(26.715)
Descontos concedidos	(1.820)	(1.110)	(1.820)	(1.110)
Juros passivos	(4.833)	(1.473)	(4.833)	(1.473)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(310)	(311)	` (310)	(311)
Despesas bancárias	(122)	(107)	(122)	(107)
Variação passiva outros	(3.321)	(2.869)	(3.321)	(2.869)
Outras	(198)	(434)	(198)	(435)
3	(103.243)	(33.019)	(103.243)	(33.020)
Receitas financeiras:				
Variações cambiais ativas	95.536	26.855	95.536	26.855
Juros ativos recebidos	133	43	133	43
Juros sobre mútuo	4.257	3.124	4.257	3.124
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo				
certificados de depósitos bancários	872	859	1.039	1.073
Variações monetárias ativas	7	52	7	52
Realização valor presente	3.240	3.757	3.240	3.757
Outras	7	95	7	96
	104.052	34.785	104.219	35.000
Resultado financeiro líquido	809	1.766	976	1.980

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2015, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Bens cobertos Edifícios, instalações, Modalidade Valor da cobertura Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade R\$ 130.000 civil geral e lucros cessantes equipamentos e outros

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas, entretanto, tal avaliação requer considerável julgamento e estimativas para identificar o valor de realização mais adequado. Como consequência as estimativas podem não indicar necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

		Controladora		Consolidado
Mensurados ao valor justo	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	232	3.127	235	3.128
Aplicações financeiras	4.386	5.228	5.759	6.503
Contas a receber mercado externo	76.054	73.753	76.054	73.753
	80.672	82.108	82.048	83.384
		Controladora		Consolidado
Mensurados ao custo amortizado	31/12/2015	Controladora 31/12/2014	31/12/2015	Consolidado 31/12/2014
Mensurados ao custo amortizado Passivos financeiros	31/12/2015		31/12/2015	
	31/12/2015 9.197		31/12/2015 9.197	
Passivos financeiros		31/12/2014		31/12/2014
Passivos financeiros Fornecedores	9.197	31/12/2014 13.386	9.197	31/12/2014 13.386

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas "Nível 1", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

26.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso da Companhia: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

I. Risco de mercado

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Controla	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	(US\$ 1,00 = R\$ 1,00)
Clientes no mercado externo	76.054	73.753	3,9048
Fornecedores no mercado externo	(508)	(647)	3,9048
ACE	<u>-</u>	(58.342)	3,9048
Total da exposição cambial	75.546	14.764	

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

b) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2015, conforme abaixo.

Depreciação da taxa Apreciação da taxa Saldos (Moeda estran Posicão em Cenário III Cenário I geira) - Consolidado
USD Risco Taxa USD (*) 31/12/2015 (-25%) (+25%) 4,8810 Clientes mercado externo Variação do US\$ 76.054 38.027 57.040 95.067 114.081 Fornecedores mercado externo Variação do US\$ (254) (381) (635)<u>(762)</u> 94.432 Total das exposições 75.546 37.773 56.659 113.319

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no ultimo dia útil de 2015

c) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

		O O I I I O I A O I A		Consonaado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras de curto prazo	4.386	5.228	5.759	6.503
Total da exposição à taxa de juros	4.386	5.228	5.759	6.503
	. —			

Addiministração de Conipalmia entente como baixo o risco de valuações elevadas no Cornos promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros

					TOJOQUO TOGO	itas illianocni	JO OIII AIIO
				Risco	de redução	Risco	de aumento
Aplicações financeiras -		Posição em	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Consolidado	Indexador	31/12/2015	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
CDI			14,30%	7,15%	10,73%	17,88%	21,45%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto			,	,	ŕ	·	,
prazo)	CDI	5.759	6.583	6.171	6.377	6.789	6.994
				Pr	ojeção despe	sas financeir	as - Um Ano
Empréstimos e				Risco	de redução	Risco	de aumento
financiamentos -		Posição em	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Consolidado	Indexador	31/12/2015	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
CDI			14,14%	7,07%	10,61%	17,68%	21,21%
Empréstimos e							
financiamentos							
Aplicações financeiras							
(Equivalentes de caixa	CDI	68.280	77.935	63.453	61.035	80.352	82.762
TJLP			7,50%	3,75%	5,63%	9,38%	11,25%
Empréstimos e							
financiamentos	TJLP	3.417	3.673	3.289	3.225	3.738	3.801
d) Risco de crédito							
Contas a receber							

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente da Companhia representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2015, e (5% em 31 de dezembro de 2014)

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

f) Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2014. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

•		Controladora		Consolidado
		Alavancagem		Alavancagem
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	71.697	66.679	71.697	66.679
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(232)	(3.127)	(235)	(3.128)
Dívida líquida	71.465	63.552	71.462	63.551
Patrimônio liquido	91.800	95.029	91.800	95.029
Dívida líquida e patrimônio líquido	20.335	31.477	20.338	31.478

27. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes sequem as práticas de mercado.

- Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía as seguintes garantias: Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 567, conforme mencionado na nota explicativa 11;
- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016; (iii) Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao
- banco Bradesco, com vencimento indetermi

28. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A Companhia registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de inflação de longo prazo		10% a.a. 5% a.a.
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2015	Consolidado 31/12/2014
2032	4.742	4.028
2033	4.070	3.457
2034	2.109	1.791
2035 a 2043	1.696	1.442
Total	12.617	10.718

	Diretoria	
Nelson Pazikas	Rubens Rela Filho	
	Ailten Dedrigues Alues	

Contador - CRC-GO 014951/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

SAMA S.A. Minerações Associadas

Minaçu - GO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SAMA S.A. Minerações Associadas ("Companhia"), identificadas Opinião como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais **Ênfase** e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, SAMA S.A. Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

São Paulo, 27 de abril de 2016.

2015 e 2014



ERNST & YOUNG CRC-2SP015199/O-6

Rita de C. S. de Freitas Contadora CRC-1SP214160/O-5



CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Diretoria de 2015

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referente ao exercício • Instituto Great Place To Work

Em 2015, a SAMA, vendeu 246,1 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 13,29% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 140,3 mil toneladas, representando uma redução de 6,95% na comparação entre os anos de 2015 e 2014, exportações tiveram um volume de 105,8 mil toneladas, apresentando um recuo de 20,46% na comparação com o ano anterior em função, da redução do mercado da Índia. No final de 2015, a SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado "Melhores empresas pra trabalhar no Centro Oeste - 1º lugar

mundial de produção do crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, México, Bolívia, Zimbábue, Vietnã,

Estados Unidos, Sri-Lanka, e Canadá.

**Consultoria Great Place To Work e Revista Época

**Melhores empresas para trabalhar - 1º lugar

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta Categoria: Médias Nacionais (de 100 a 999 funcionários)

básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia, é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS

18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso seguro do Crisotila.

Categoria: Medias Nacionais (de 100 a 399 únicionais) bésica, assistência necidica vacionals (de 100 a 399 únicionaitos) bésica, assistência necidica vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) bésica, assistência médica vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) besica, assistência necidica vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) besica, assistência médica vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) bésica, assistência médica vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) besica, assistência necidica, devidades vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) besica, assistência médica vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) besica, assistência médica, vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) besica, assistência médica vacionais (de 100 a 399 únicionaitos) besica, assistência médica, vacionais (de 100 a 399 únicionais, acidentes vacionais, acidentes vac

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 425,5 milhões em 2015, um aumento de 4,35% em relação a 2014. No mercado interno, a receita líquida apresentou uma redução de 1,11% em relação a 2014 e totalizou R\$ 230,5 milhões. A redução da receita líquida no mercado interno é decorrente da desaceleração do setor de materiais de construção. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 195,1 milhões, um aumento de 11,63% em relação a 2014, devido à valorização de 41,6% do dólar frente ao real (comparação entre PDAY médio do período), a qual putralização internos entre responsables. PTAX médio do período), a qual neutralizou integralmente a redução do volume vendido.

Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R\$ 83,6 milhões em 2015, um aumento de 17,82% em relação a 2014, principalmente pelos fatores Categoria: 10 melhores empresas em IDHO comentados acima.

Do lucro líquido do exercício, R\$ 1,9 milhões foi destinado para Retenção de Lucros e R\$ 81,7 milhões foram destinados ao pagamento

• RHs Mais Admirados do Ano - 2015

de dividendos e juros sobre capital próprio.

Investimentos

• Revista Minérios e Minerales

• Revista Minérios e Minerales o Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de AGRADECIMENTOS

aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade e alinhamento das estratégias de preço e mix para atender os mercados Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em interno e externo.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A empresa conquistou diversos prêmios em 2015, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2015:

- As 100 Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina 2015 - 6º lugar Categoria: As 25 melhores empresas, acima de 500 a 1.000 funcionários

Categoria: Melhor empresa no Setor Mineração

Revista Gestão de RH

- As 100 empresas em IDHO - Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional 2015

- Empresa Psicologicamente Saudável do Brasil

· Revista Minérios e Minerales

2015; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 27 de abril de 2016.

A Diretoria

internacional.											A Diretoria
			Balanços I	Patrimoniais em	n 31 de Dezemb	oro de 2015 e 2014 (Em milhares de	e reais - R\$)				
	Nota		Controladora		Consolidado		Nota		Controladora		Consolidado
ATIVOS	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	232	3.127	235	3.128	Fornecedores	13	9.197	13.386	9.197	13.386
Aplicações financeiras	5	4.386	5.228	5.759	6.503	Partes relacionadas	10	1.262	320	1,262	320
Contas a receber	6	82.582	89.416	82.582	89.416	Empréstimos e financiamentos	14	71.329	63.281	71.329	63.281
Estoques	7	56.711	56.721	56.711	56.721	Obrigações com pessoal	15	10.143	12.867	10.143	12.867
Impostos a recuperar	8	552	826	608	885	Dividendos e juros sobre o capital próprio					
Partes relacionadas	10.a	8.534	8.510	8.534	8.510	a pagar	10 a 18.d	17.848	19.974	17.848	19.974
Outros ativos circulantes		1.339	1.066	1.341	1.068	Provisão para benefícios pós emprego	17.b	2.141	1.166	2.141	1.166
Total do ativo circulante		154.336	164.894	155.770	166.231	Impostos, taxas e contribuições a recolhe		6.240	14.667	6.245	14.668
						Outros passivos circulantes		3.278	3.086	3.278	3.086
						Total dos passivos circulante		121.438	128.747	121.443	128.748
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		4.104	3.894	4.108	3.895	Provisão para benefícios pós emprego	17.b	12.598	13.924	12.598	13.924
Impostos a recuperar	8	394	724	394	724	Empréstimos e financiamentos	14	368	3.398	368	3.398
Imposto de renda e contribuição						Provisão para riscos tributários, cíveis					
social diferidos	19.b	20.233	16.486	20.233	16.486	e trabalhistas	20	32.260	29.119	32.260	29.119
Partes relacionadas	10.a	35.381	31.763	35.381	31.763	Provisão para desmobilização da mina	28	12.617	10.718	12.617	10.718
Investimentos	9	1.680	1.591	-	-	Outros passivos não circulantes		-	-	2	2
Imobilizado	11	52.306	59.292	52.318	59.306	Total do passivo não circulante		57.843	57.159	57.845	57.161
Intangível	12	1.226	1.692	1.229	1.700	Patrimônio líquido					
Outros ativos não circulantes		1.421	599	1.655	833	Capital social	18.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Total do ativo não circulante		116.745	116.041	115.318	114.707	Reserva de capital	10.0	34	34	34	34
						Reservas de lucros		27.799	31.348	27.799	31.348
						Outros resultados abrangentes		(1.133)	(1.453)	(1.133)	(1.453)
						Total do patrimônio líquido		91.800	95.029	91.800	95.029
TOTAL DO ATIVO		271.081	280.935	271.088	280.938	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO L	ίουιρο	271.081	280.935	271.088	280.938
IOIALDOAIIIO	:	27 1.001	200.333	271.000	200.330				200.000	271.000	

Demonstrações das Mutações do I	Patrimônio Lí	quido - Exercícios i	findos em 31 de D	ezembro de 2015	e 2014 (Em milhares	s de reais)
				Rese	ervas de lucros	
Nota		Reserva			Retenção	Lucro

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

			_		Re	eservas de lucros		Outros	Total do
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	resultados abrangentes	patrimônio líquido
O-ld 04 d- ii d- 0044	explicativa						acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2014		65.100	34	13.020	6.510	10.998		428	96.090
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	71.020	-	71.020
Constituição de reservas		-	-	-	-	820	(820)	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(1.881)	(1.881)
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1294 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(4.509)	-	(4.509)
Dividendos - R\$ 1,8851 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(65.691)	-	(65.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		65.100	34	13.020	6.510	11.818		(1.453)	95.029
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	83.674	·	83.674
Constituição de reservas		-	-	-	-	1.884	(1.884)	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-		317	317
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1289 por ação em circulação	18.d	-	-	-	-	-	(5.538)	-	(5.538)
Dividendos - R\$ 2,0537 por ação em circulação	18.c	-	-	-	-	(5.430)	(76.252)	-	(81.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		65.100	34	13.020	6.510	8.269		(1.133)	91.800
								(11100)	
		As notas expli	icativas são parte integra	ante das demonstrações	financeiras.				

	Nota		Controladora		Consolidado	Nota		Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades						Pagamento de riscos trabalhistas,				
operacionais						cíveis e tributários 20		(322)		(322)
Lucro antes do imposto de renda e da						Dividendos e juros sobre capital próprio 10.a	(2.126)	11.239	(2.126)	11.239
contribuição social		123.754	108.641	123.781	108.671	Pagamento de benefícios pós emprego 17.d	(1.829)	(1.925)	(1.829)	(1.925)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do						Outros passivos	(192) (4.541)	742 (1.012)	(192) (4.541)	741 (1.012)
imposto de renda e da contribuição						Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos	(54.748)	(37.579)	(54.776)	(37.605)
social com o caixa líquido gerado pelas						Caixa líquido gerado pelas atividades	(34.740)	(37.379)	(34.776)	(37.003)
atividades operacionais:		(00)	(00)			operacionais	84.990	63,177	84.922	63.055
Resultado da equivalência patrimonial	9	(89)	(93)	47.000	-	Fluxos de caixa das atividades de	04.000	00.177	07.522	00.000
Depreciação e amortização	11/12	17.350	19.237	17.359	19.246	investimento				
Resultado na baixa de ativos permanen		(34)	254	(34)	254	Recebimento pela venda de imobilizado 23	1	400	1	400
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	3,141	2.903	3.141	2.903	Adições ao ativo imobilizado e intangível 11/12	(9.933)	(11.947)	(9.933)	(11.947)
Provisão desmobilização da mina	28	1.093	2.903 992	1.093	992	Aplicações financeiras de curto prazo	(148.976)	(155.356)	(148.976)	(155.356)
Provisão desmobilização da mina Provisão benefícios pós emprego	20	1.093	992	1.093	992	Resgates de aplicações financeiras de	, ,	, ,	, ,	,
circulante e não-circulante	17.b	351	(660)	351	(660)	curto prazo	150.689	159.444	150.759	160.836
Reversão (provisão) para perdas divers		(212)	(1.260)	(212)	(1.260)	Mútuo com empresas ligadas a receber	(3.618)	(2.655)	(3.618)	(2.655)
Encargos financeiros, variação monetár		(212)	(1.200)	(212)	(1.200)	Caixa líquido (aplicado) nas atividades				
e variação cambial	а	(1.742)	(2.068)	(1.742)	(2.069)	de investimento	(11.837)	(10.114)	(11.767)	(8.722)
Rendimento de aplicações financeiras		(872)	(859)	(1.039)	(1.073)	Fluxos de caixa das atividades				
Variação líquida despesas antecipadas		55	(149)	55	(149)	de financiamento	200 200	004.000		004.000
variação riquida despesas articolpadas		142.795	126.938	142.753	126.855	Captação de empréstimo e financiamentos	222.936	204.200	222.936	204.200
(Aumento) redução nos ativos operacion	ais.	142.700	120.000	142.700	120.000	Amortização de empréstimos e financiamentos Pagamento de dividendos e juros sobre o	(208.409)	(195.889)	(208.409)	(195.889)
Contas a receber	6	6.834	(14.681)	6.834	(14.681)	capital próprio	(90.575)	(58.285)	(90.575)	(59.555)
Partes relacionadas a receber	10.a	(24)	(504)	(24)	(504)	Caixa líquido aplicado nas atividades de	(30.373)	(30.203)	(30.373)	(39.333)
Estoques	7	`10 [′]	(21.120)	`10 [′]	(21.120)	financiamento	(76.048)	(49.974)	(76.048)	(51.244)
Impostos a recuperar	8	604	567	607	557	Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes	(10.040)	(43.314)	(10.040)	(31.244)
Depósitos judiciais		210	(355)	213	(355)	de caixa	(2.895)	3.089	(2.893)	3.089
Outros ativos		506	(360)	505	(361)	Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes	(2.000)	0.000	(2.000)	0.000
Aumento (redução) nos passivos operad	ionais		, ,		, ,	de caixa				
Fornecedores	13	(4.189)	2.049	(4.189)	2.049	No início do exercício 4	3.127	38	3.128	39
Impostos, taxas e contribuições a recolh	er	3.462	(1.631)	3.459	(1.632)	No fim do exercício 4	232	3.127	235	3.128
Partes relacionadas a pagar	10.a	942	131	942	131	Aumento (diminuição) do caixa e				
Obrigações com pessoal	15	(2.724)	1.000	(2.724)	1.000	equivalentes de caixa	(2.895)	3.089	(2.893)	3.089

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em

31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

		· ·			3 /
	Nota		Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	21	425.533	407.789	425.533	407.789
Custos dos produtos vendidos	22	(214.136)	(206.966)	(214.136)	(206.966)
Lucro bruto		211.397	200.823	211.397	200.823
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(37.643)	(39.536)	(37.643)	(39.536)
Gerais e administrativas	22	(50.485)	(49.931)	(50.535)	(50.025)
Remuneração da Administração	10.b/22	(1.328)	(1.843)	(1.328)	(1.843)
Outras receitas (despesas) operacion	ais,	, ,	, ,	, ,	, ,
líquidas	23	915	(2.731)	914	(2.728)
Resultado da equivalência patrimonia	l 9	89	93	-	` -
Total das receitas (despesas) opera	cionais	(88.452)	(93.948)	(88.592)	(94.132)
Despesas financeiras	24	(103.243)	(33.019)	(103.243)	(33.020)
Receitas financeiras	24	104.052	34.785	104.219	35.000
Resultado financeiro líquido		809	1.766	976	1.980
Lucro antes do imposto de renda e					
da contribuição social		123,754	108.641	123,781	108.671
Imposto de renda e contribuição so	cial				
Correntes	19.a	(43.992)	(35.871)	(44.019)	(35.901)
Diferidos	19.a	3.912	(1.750)	3.912	(1.750)
Lucro líquido do exercício		83.674	71.020	83.674	71.020
Lucro líquido por ação, básico e					
diluído - R\$	18.b	2,40	2,04	2,40	2,04
	10.5				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como obieto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o renciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, com participação e capital volante detidos de 99,94% e esta não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo.

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho ... 25..., размова собинова que a ден геоена на элозомо - реснето на 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inc proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/2012 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/2013, em seu artigo primeiro, profibe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos pará atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente O governo do Estado de Mato Grosso regulamentou a Lei nº 9.583/2011 através do Decreto nº 68/15, publicado no dia 16 de abril de 2015, que veda o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou as

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 27 de abril

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 4.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício da empresa controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2.3. Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou a seguinte reclassificação no saldo de 31 de dezembro de 2014, o saldo na rubrica de juros ativos recebidos de R\$ 3.757, controladora e consolidado, foi reclassificado para a rubrica de realização de valor presente no resultado financeiro líquido.

A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas Alguns valores foram reclassificados para melhoria da qualidade das informações apresentadas, nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os valores reclassificados não eram materiais.

2.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia em uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas guando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final 3.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não exercício, os itens monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.6. Instrumentos financeiros

contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados. meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

financeiros a valor justo por meio do resultado.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	83.674	71.020	83.674	71.020
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de				
benefício definido	484	(2.849)	484	(2.849)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	(164)	968	(164)	968
Outros resultados abrangentes líquidos de				
impostos	320	(1.881)	320	(1.881)
Total de outros resultados abrangentes do				
exercício, líquidos de impostos	83.994	69.139	83.994	69.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização, iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período

Em 31 de dezembro 2015, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entraram em vigor em ou após 1º de janeiro de 2016.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e Incorporação Imobiliária. Vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração CPC 27 (IAS 16) e CPC 29 (IAS 41)	A norma diferencia o ativo biológico, entendido como um animal vivo ou uma planta viva, em consumível e de produção. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo entende que a alteração na norma não traz impacto ao seu ramo de atividade.
Alteração IFRS 11 - Negócios em conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma joint venture (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao business combination (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que o IFRS 11 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Adoção do IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 Leases and Issued) - CPC 06 Arrendamento mercantil	A norma estabelece não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil onde podemos efetivar o registro como <i>leasing</i> financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. Já previsto no IAS 17. Vigência a partir de 01/01/2019.	O Grupo não espera que o IFRS 16 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 6 (CPC 34 Exploração e avaliação de recursos minerais)	O objetivo deste pronunciamento é regulamentar a melhor forma de classificação e mensuração dos da atividade de exploração de recursos minerais, em virtude da continuidade nas discussões junto ao IASB e demais órgãos internacionais em relação à norma o CPC decidiu não emitir devido a revisão dos órgãos competentes internacionais. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.
IAS 29 (CPC 42 Contabilidade e Evidenciação em Economia Hiperinflacionária	A norma estabelece critérios de correção às demonstrações financeiras em países de economia com situação de alta inflação. O CPC não aprovou o pronunciamento tendo em vista a experiência anterior com a correção integral das demonstrações financeiras. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas ao final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões

considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.4. Provisão para benefícios futuros pós emprego

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, O valor atual da provisão para benefícios pós emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas

4. CAIXA E FOUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	232	3.127	235	3.128
5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
-		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos	4.386	5.228	5.759	6.503

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis de 100,9% da variação do CDI (102% em 31 de dezembro de 2014). Representam aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia



CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

6. CONTAS A RECEBER	Controlador	a e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber de clientes	14.205	16.612
Contas a receber de cliente exterior	76.054	73.753
	90.259	90.365
(-) Ajuste a valor presente	(319)	(330)
(-) Clientes do exterior a embarcar	(6.739)	<u>-</u>
	83.201	90.035
Perda estimada para crédito e liquidação duvidosa	(619)	(619)
Total	82.582	89.416

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizados no grupo de

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	•	Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer Valores vencidos;	70.566	82.440	70.566	82.440
Até 30 dias	10.900	5.240	10.900	5.240
Entre 30 e 60 dias	497	1.078	497	1.078
Acima de 60 dias	619	658	619	658
	82.582	89.416	82.582	89.416

7. ESTOQUES

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo sao apresentados pelo mento valor entre o valor de custo e o valor inquido realizavel. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controlado	ra e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	39.077	41.181
Produtos semiacabados	3.454	2.444
Materiais auxiliares	14.370	13.286
(-) Provisão para perdas (*)	(190)	(190)
Total	56.711	56.721
(*) A contrapartida da provição para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vano	lidos" nas demonstrac	ões do resultado

Serviços - ICMS

Ativo circulante:

Servicos - ICMS

Ativo não circulante

Patrimônio líquido

Lucro líquido do exercício

Total

o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

9. INVESTIMENTOS A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Em 1º de janeiro de 2014	_	2.767
Equivalência patrimonial		93
Recebimento dividendos exercícios anteriores		(1.269)
Em 31 de dezembro de 2014		1.591
Equivalência patrimonial		89
Em 31 de dezembro de 2015	=	1.680
Demonstramos abaixo os saldos da empresa controlada Engedis:		
	2015	2014
Ativo	1.687	1.594
Passivo	6	2

Não houve movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram consumidos o equivalente a R\$ 28.250 (R\$ 30.817 em 31 de dezembro de

31/12/2015

543

552

394

Controladora

31/12/2014

813

826

724

Consolidado

31/12/2014

813

72

885

724

Total

1.592

93

31/12/2015

543

608

394

1.681

2014) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e Consolidado. Não existe estoques dados em garantia.

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

				Ativo circulante	Ativ	o nao circulante			Pa	issivo circulante
	Contas a receber		Outras contas a receber		Mútuo ativo		Dividendos		Outras contas a pagar	
	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Eternit S.A. (i), (ii), (iii) e (iv)	6.681	7.544	71	29	35.381	31.763	17.848	19.974	1.254	311
Precon (i)	1.782	937	-	-	-	-	-	-	-	-
Prel									9	9
Total	8.463	8.481	71	29	35.381	31.763	17.848	19.974	1.263	320
(i) O	(\		-4			+#l:El			

- Os saldos a receber referem-se a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorre dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do ativo circulante
- (ii) Os recursos concedidos para sua controladora Eternit S.A., classificados no ativo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos (iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a pagar para a controladora.
- (iv) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas com vencimento pré-determinado

		vendas		Despesas		Outras receitas
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Precon	14.402	12.708	-	-		-
Eternit	81.958	78.335	-	-	-	-
Descontos concedidos - Eternit	-	30	-	-	-	-
Despesas administrativas - Pre	-	-	106	133	-	-
Juros sobre mútuo - Eternit	-	-	-	-	4.257	3.124
JCP - Eternit	-		5.538	4.509		
Total	96.360	91.073	5.644	4.642	4.257	3.124

As transações de vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2015 não existiam garantias em aberto com partes relacionadas, e não existiam provisões para redução do saldo de contas a receber de partes relacionadas

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controlado	ra e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Salários, honorários e benefícios	1.098	941
Participação nos lucros - PLRE	230	902
Total	1.328	1.843

Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição

para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

Esse plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações; uma vez que, o executivo não recebe ações diretamente da Companhia; e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

11. IMOBILIZADO

Política contábil Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do concede PRLE complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade bônus complementar será proporcional ao valor [íquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da qeradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

													Controladora
							Veículo		Equipa-	Desmo-	Obras de	lmobili-	
	_	Edifícios e	Máquinas e	Máquinas de			fora-de-	Móveis e	mentos de	bilização	contenção	zações em	
	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	<u>extração</u>	<u>Instalações</u>	Veículos	estrada	utensílios	<u>informática</u>	da mina	na mina	andamento	Total
Custo							. ===						
Saldo em 01/01/2014	560	14.236	40.641	27.570	129.078	16.687	4.537	6.951	2.590	5.779	13.387	4.430	266.446
Adições	-	-	(240)	- (7)	-	-	(0.700)	(22)	(70)	-	-	11.452	11.452
Baixas	-	607	(319) 2.215	(7)	0.000	- 457	(2.763)	(33)	(78) 335	-	-	(45,000)	(3.200)
Transferências				2.495	8.360	17.144	1.774	619	2.847		40.007	(15.088)	274.698
Saldo em 31/12/2014	560	14.843	42.537	30.058	137.438	17.144	1.774	7.537	2.847	5.779	13.387	794	9.758
Adições Baixas	-	-	(3.577)	(2)	(12)	(107)	(58)	(645)	(285)	-	-	9.758	(4.686)
Transferências	-	36	2.361	657	6.351	363	(50)	206	(265) 67	-	-	(10.041)	(4.000)
Saldo em 31/12/2015		14.879	41.321	30.713	143.777	17.400	1.716	7.098	2.629	5.779	13.387	511	279.770
	560											311	219.110
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação e exaustão													
Saldo em 01/01/2014	-	(10.904)		(19.062)	(108.594)	(10.854)	(4.041)	(3.683)	(2.096)	(1.320)	(3.575)	-	(199.729)
Adições	-	(83)		(4.491)	(5.765)	(4.742)	(181)	(546)	(193)	(231)	(696)	-	(18.572)
Baixas			159	7		<u> </u>	2.617	33	78				2.894
Saldo em 31/12/2014		(10.987)	(37.084)	(23.546)	(114.359)	(15.596)	(1.605)	(4.196)	(2.211)	(1.551)	(4.271)		(215.406)
Adições	-	(263)	(1.870)	(4.265)	(7.666)	(721)	(124)	(543)	(214)	(231)	(812)	-	(16.709)
Baixas			3.574	2	11	108	58	613	286	-			4.652
Saldo em 31/12/2015		(11.250)	(35.381)	(27.809)	(122.014)	(16.209)	(1.671)	(4.126)	(2.139)	(1.782)	(5.083)		(227.464)
Valor residual													
Em 01/01/2014	560	3.332	5.041	8.508	20.484	5.833	496	3.268	494	4.459	9.812	4.430	66.717
Em 31/12/2014	560	3.856	5.453	6.512	23.079	1.548	169	3.341	636	4.228	9.116	794	59.292
Em 31/12/2015	560	3.629	5.940	2.904	21.763	1.191	45	2.972	490	3.997	8.304	511	52.306
													Consolidado
		E-liff-i	M4	884			Veículo	M4	Equipa-	Desmo-	Obras de	lmobili-	
	Torrongo	Edifícios e	Máquinas e	Máquinas de	Instalaçãos	Vojaulas	fora-de-	Móveis e	mentos de	bilização	contenção	zações em	Total
Custo	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos		Móveis e utensílios					Total
Custo Saldo em 04/04/2014		benfeitorias	equipamentos	extração			fora-de- estrada	utensílios	mentos de informática	bilização da mina	contenção na mina	zações em andamento	
Saldo em 01/01/2014	Terrenos 571					Veículos	fora-de-		mentos de	bilização	contenção	zações em andamento 4.430	266.733
Saldo em 01/01/2014 Adições		benfeitorias 14.358	equipamentos 40.633	<u>extração</u> 27.570			fora-de- estrada 4.537	utensílios 6.952	mentos de informática 2.590	bilização da mina	contenção na mina	zações em andamento	266.733 11.452
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas		14.358 (10)	40.633 (310)	27.570 - (7)	129.239	16.687 - -	fora-de- estrada	6.952 - (33)	mentos de informática	bilização da mina	contenção na mina	zações em andamento 4.430 11.452	266.733
Saldo em 01/01/2014 Adições		benfeitorias 14.358	40.633 - (310) 	<u>extração</u> 27.570	129.239 - - 8.360		fora-de- estrada 4.537 (2.763)	6.952 - (33) 619	mentos de informática 2.590	bilização da mina	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014	571 - - -	14.358 (10) 607	40.633 (310)	27.570 - (7) 	129.239	16.687 - - 457	fora-de- estrada 4.537	6.952 - (33)	2.590 (78)	bilização da mina 5.779 - -	contenção na mina	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências	571 - - -	14.358 (10) 607	40.633 - (310) 2.215 42.538	27.570 (7) 2.495 30.058	129.239 - - 8.360	16.687 - - 457	fora-de- estrada 4.537 - (2.763) - 1.774	6.952 - (33) 619 7.538	2.590 (78) 335 2.847	bilização da mina 5.779 - -	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 - (15.088)	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições	571 - - -	14.358 (10) 607	40.633 - (310) 	27.570 - (7) 	129.239 - - 8.360 137.599	16.687 - - 457 17.144	4.537 (2.763) - 1.774 (58)	6.952 - (33) 619	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67	5.779 - - 5.779 - - - - - - - - -	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas	571 - - -	14.358 (10) 607 14.955	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577)	27.570 - (7) 2.495 30.058	129.239 - 8.360 137.599 - (12) 6.351	16.687 - - 457 17.144 - (107)	fora-de- estrada 4.537 - (2.763) - 1.774	6.952 - (33) 619 7.538	2.590 (78) 335 2.847 (285)	bilização da mina 5.779 - -	13.387	2ações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015	571 - - - 571 -	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713	129.239 - 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938	16.687 - - 457 17.144 - (107) 363	fora-de- estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716	(33) 619 7.538 (645) 206 7.099	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67	5.779 - - 5.779 - - - - - - - - -	13.387 	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação	571 - - - 571 -	14.358 (10) 607 14.955	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361	27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657	129.239 - 8.360 137.599 - (12) 6.351	16.687 - 457 17.144 - (107) 363 17.400	4.537 (2.763) - 1.774 (58)	6.952 - (33) 619 7.538 - (645) 206	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629	5.779 5.779 5.779	13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão	571 - - - 571 -	14.358 (10) 607 14.955 - - 36 14.991 2,9%	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8,6%	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4%	129.239 	16.687 	fora-de-estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58)	4.952 - (33) 619 7.538 - (645) 206 7.099	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629	5.779 	13.387 13.387 13.387 13.387 15.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014	571 - - - 571 -	14.358 (10) 607 14.955	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8.6%	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756)	16.687 	fora-de-estrada 4.537 (2.763) (1.774 (58) 1.716 (26,8% (4.041)	4.952 (33) 619 (7.538 (645) 206 (7.099 10% (3.683)	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20%	5.779	13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições	571 - - - 571 -	14.358 (10) 607 14.955 - - 36 14.991 2,9%	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8,6%	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4%	129.239 	16.687 	fora-de-estrada 4.537 (2.763)	4.552 6.952 (33) 619 7.538 (645) 206 7.099 10%	2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20%	5.779 	13.387 13.387 13.387 13.387 15.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8.6% (35.600) (1.644) 159	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7	129.239 	16.687 	fora-de-estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 26,8% (4.041) (181) 2.617	4.952 (33) 619 7.538 (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) 33	mentos de informática 2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78	5.779	13.387 13.387 13.387 13.387 13.387 5,3% (3.575) (696)	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014	571 - - - 571 -	14.358	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521)	16.687 	fora-de-estrada 4.537 (2.763)	4.196) 4.952 (33) 619 7.538 (645) 206 7.099 (3.683) (546) 33 (4.196)	mentos de informática	5.779	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) - 274.983 9.758 (4.686) - 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8,6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870)	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666)	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721)	fora-de-estrada 4.537 (2.763)	(3.645) (3.619) (4.196) (3.683) (4.196)	mentos de informática	5.779	13.387 13.387 13.387 13.387 13.387 5,3% (3.575) (696)	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991 2,9% (11.007) (11.095) (267)	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 42.538 - (3.577) 2.361 41.322 8.6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870) 3.574	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721) 108	fora-de-estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58	4.196) (3.683) (544) (3.683) (546) (3.683) (546) (543) (543)	mentos de informática	5.779 5.779 2.9% (1.320) (231) (1.551) (231)	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014	571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358	40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8,6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870)	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666)	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721)	fora-de-estrada 4.537 (2.763)	(3.645) (3.619) (4.196) (3.683) (4.196)	mentos de informática	5.779	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Saldo em 31/12/2015 Valor residual	571 - - 571 - - - - - -	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991 2,9% (11.007) (95) 7 (11.095) (267)	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8.6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870) 3.574 (35.381)	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11 (122.176)	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721) 108 (16.209)	fora-de-estrada 4.537 (2.763)	(3.683) (546) (3.683) (546) (3.683) (546) (3.683) (546) (543) (543) (543) (543) (543) (543)	mentos de informática 2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78 (2.211) (214) 286 (2.139)	5.779	contenção na mina 13.387 13.387 13.387 13.387 5,3% (3.575) (696) (4.271) (812) (5.083)	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 - (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652 (227.738)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Valor residual Em 01/01/2014	571 - - 571 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	14.358	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538 42.538 41.322 8,6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870) 3.574 (35.381)	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28.4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (7.666) 11 (122.176)	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721) 108 (16.209) 5.833	fora-de-estrada 4.537 (2.763)	(33) 619 7.538 619 7.999 10% (3.683) (546) 33 (4.196) (543) 613 (4.126) 3.269	mentos de informática 2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) (78) (2.211) (214) 286 (2.139)	5.779 5.779 5.779 5.779 5.779 2,9% (1.320) (231) (1.551) (231) 4.459	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Unident of the saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Unident of the saldo em 31/12/2014	571 571 571 571 571 571	14.358 (10) 607 14.955 - 36 14.991 2,9% (11.007) (95) - (11.362) (11.362)	equipamentos 40.633 (310) 2.215 42.538 (3.577) 2.361 41.322 8,6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870) 3.574 (35.381)	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11 (122.176)	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721) 108 (16.209) 5.833 1.548	fora-de-estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58 (1.671)	100 utensilios 6.952 (33) 619 7.538 (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) 33 (4.196) (543) 613 (4.126)	mentos de informática 2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78 (2.211) (214) 286 (2.139)	5.779 5.779 2.9% (1.320) (231) (1.551) (21.782)	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652 (227.738)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Em 01/01/2014 Em 31/12/2014 Em 31/12/2014	571 571 571 571 571 571 571	14.358 (10) 607 14.955	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 42.538 - (3.577) 2.361 41.322 8,6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870) 3.574 (35.381) 5.033 5.453 5.941	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11 (122.176) 20.483 23.078 21.762	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721) 108 (16.209) 5.833 1.548 1.191	fora-de-estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58 (1.671) 496 169 45	100 mtensilios 6.952 (33) 619 7.558 (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) 33 (4.196) (543) 613 (4.126) 3.269 3.341 2.973	mentos de informática 2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78 (2.211) (214) 286 (2.139) 494 636 490	5.779 5.779 5.779 5.779 5.779 2,9% (1.320) (231) (1.551) (231) 4.459	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201)
Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2015 Taxa média de depreciação Depreciação e exaustão Saldo em 01/01/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Unident of the saldo em 31/12/2014 Adições Baixas Saldo em 31/12/2015 Unident of the saldo em 31/12/2014	571 571 571 571 571 571 571	14.358 (10) 607 14.955	equipamentos 40.633 - (310) 2.215 42.538 - (3.577) 2.361 41.322 8,6% (35.600) (1.644) 159 (37.085) (1.870) 3.574 (35.381) 5.033 5.453 5.941	extração 27.570 (7) 2.495 30.058 (2) 657 30.713 28,4% (19.062) (4.491) 7 (23.546) (4.265) 2 (27.809)	129.239 8.360 137.599 (12) 6.351 143.938 10% (108.756) (5.765) (114.521) (7.666) 11 (122.176) 20.483 23.078 21.762	16.687 457 17.144 (107) 363 17.400 20% (10.854) (4.742) (15.596) (721) 108 (16.209) 5.833 1.548 1.191	fora-de-estrada 4.537 (2.763) 1.774 (58) 1.716 26,8% (4.041) (181) 2.617 (1.605) (124) 58 (1.671) 496 169 45	100 mtensilios 6.952 (33) 619 7.558 (645) 206 7.099 10% (3.683) (546) 33 (4.196) (543) 613 (4.126) 3.269 3.341 2.973	mentos de informática 2.590 (78) 335 2.847 (285) 67 2.629 20% (2.096) (193) 78 (2.211) (214) 286 (2.139) 494 636 490	5.779 5.779 2.9% (1.320) (231) (1.551) (21.782)	contenção na mina 13.387	zações em andamento 4.430 11.452 (15.088) 794 9.758 (10.041) 511	266.733 11.452 (3.201) 274.983 9.758 (4.686) 280.056 (199.994) (18.557) 2.901 (215.677) (16.713) 4.652 (227.738)

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

4		(CNPJ/MF nº 15.	104.599/0001-80			
Notas Explic	ativas às Demonstraçõe	s Financeiras er	n 31 de Dezembi	o de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quan	to de outra forma indicado))	
12. INTANGÍVEL				a) Principais premissas atuariais utilizadas para a deterr	·		
Política contábil Intangível						Control 31/12/201	adora e Consolidado 5 31/12/2014
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadam				Taxa anual de juro atuarial real Taxa anual real de evolução dos custos médicos		7,229	6,11%
redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é r útil estimada e o método de amortização são revisados no fi				Taxa anual de inflação projetada		3,80° 6,49°	6,49%
contabilizado prospectivamente.		Intangível em		Tábua de mortalidade geral b) Passivo de plano de benefício pós emprego		AT-200	0 AT-2000
Controladora Custo	Softwares	andamento	Total	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			adora e Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2014	5.047	-	5.047	Circulante		<u>31/12/201</u> 2.14	1.166
Adições Transferências	495	495 (495)	495	Não circulante		12.59 14.73	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 Adições	5.542	175	5.542 175	c) Despesa líquida com benefício (reconhecida no result	ado)		
Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>175</u> 5.717	(175)	5.717			31/12/201	
Vida útil (em anos) Amortização	5	-	-	Custo dos juros e serviços corrente Benefícios pagos		1.96 (1.82	
Saldos em 01 de janeiro de 2014	(3.185)	-	(3.185)	Despesa líquida com benefício	~ · · · · · · ·	13	
Adições Saldos em 31 de dezembro de 2014	(665) (3.850)	-	(665) (3.850)	d) As mudanças no valor presente da obrigação de bene	eficio definido sao:		Controladora e
Adições Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(641)</u> (4.491)		(641) (4.491)	Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 201	4		Consolidado 8.902
Valor residual Saldo em 01 de janeiro de 2014	1.862		1.862	Custo dos juros e serviços corrente Benefícios pagos			1.561 (1.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2014 Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.692 1.226	-	1.692 1.226	Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2	2014		8.538
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.220	Intangível em	1.220	Custo dos juros e serviços corrente Benefícios pagos			1.962 (1.829)
Consolidado	Softwares	andamento	Total	Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro e) Movimento nas obrigações de benefícios definidos do			<u>8.671</u>
Custo Saldos em 01 de janeiro de 2014	5.068	-	5.068	5, 2011	, p.a		Controladora e
Adições Transferências	49 <u>5</u>	495 (495)	495	01 de janeiro de 2015			Consolidado 15.090
Saldos em 31 de dezembro de 2014 Adicões	5.563	175	5.563 175	Custo dos juros e serviços corrente Subtotal incluído no resultado			1.962 1.962
Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>175</u> 5.738	(175)	5.738	Benefícios pagos Ajustes de experiência			(1.829) (484)
Consolidado	3.730	Softwares		31 de dezembro de 2015			14.739
Vida útil (em anos)		<u>Softwares</u> 5	Total		axa de juros sobre as		escimento de custos
Amortização Saldos em 01 de janeiro de 2014		(3.194)	(3.194)		origações calculadas o 1% Redução 1%		origações calculadas o 1% Redução 1%
Adições Saldos em 31 de dezembro de 2014		(669)	(669)	Impacto na obrigação com benefício líquida 14.739 13	.492 16.099	14.739 16	5.055 13.531
Adições Saldo em 31 de dezembro de 2015		(646) (4.509)	(646)		00%) 9,00%		00% (8,00%)
Valor residual				A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo a montantes das obrigações.	s premissas mais significativas	a algumas variações,	refletindo seu efeito nos
Saldo em 01 de janeiro de 2014 Saldo em 31 de dezembro de 2014		1.874 1.700	1.874 1.700	g) Os pagamentos a seguir apresentados representar	n as contribuições esperad	as para os exercício	os futuros a partir da
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.229	1.229	obrigação do plano de benefício definido:		Control	adora e Consolidado
13. FORNECEDORES			ora e Consolidado	Dentro dos próximos 12 meses		31/12/201 2.14	
Mercado interno		31/12/2015 8.689	31/12/2014 12.739	Entre 2 e 5 anos		4.11	3 4.986
Mercado externo Total		508 9.197	<u>647</u> 13.386	Entre 5 e 10 anos Após 10 anos		4.04 4.43	8 4.652
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		<u> </u>	10.000	II) Plano de suplementação de aposentadoria		14.73	<u>15.090</u>
Política contábil				A Companhia mantém contratado um plano de previdência			
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor ju seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo ci				autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaborad PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não há prov			idor de Benefício Livre -
período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os cust				Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, planos de benefícios, nos montantes a seguir:	a Companhia e seus participar	ntes efetuaram contribu	uições, para custeio dos
ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados	necessariamente, demanda um	período de tempo s	ubstancial para ficar	pianos de benencios, nos montantes a seguir.			adora e Consolidado
benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custo	os possam ser mensurados com			Contribuições efetuadas no exercício findo em:		<u>31/12/201</u> 2.32	
são reconhecidos como despesa no período em que são incor No exercício de 2015 a Companhia efetuou capitalização de		aquisições de imobil	izados, totalizando o	18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
montante de R\$ 453 (R\$ 768 em 2014).		Controlad	ora e Consolidado	Política contábil			
	Taxa de juros e comissões - %	31/12/2015	31/12/2014	Dividendos e juros sobre o capital próprio O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigató	rio correspondente a 25% do	lucro líquido de cada	exercício, deduzido da
Circulante:		0171272010	01712/2014	constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% di constituir, mediante proposta do Conselho de Administração	o lucro, conforme a Lei das S	ociedades Anônimas.	Adicionalmente poderá
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	10% a.a. + TJLP	3.049	4.939	havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente	destinado ao pagamento de div	videndos aos acionista:	s. Para fins societários e
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	Média de			contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrad a) Capital social	los como destinação do resulta	do diretamente no patr	imónio líquido.
Moeda nacional para capital de giro	3,06% a.a. De 113,5% +	-	58.342	O capital social autorizado da Companhia está totalmente ordinárias nominativas e sem valor nominal.	integralizado, no valor de R\$	65.100, representado	por 34.847.445 ações
, ,	123,9% CDI	68.280 71.329	63.281		31/12/20		31/12/2014
Não circulante:	D- 4 440/ -	71.023	00.201	Composição acionária Pessoas jurídicas	Acionistas Açõ 2 34.847.4		2 Ações 2 34.847.445
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	368	3.398	b) Resultado por ação			
		368	3.398	Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.	- Lucro por Ação, a tabela a s	•	•
		Controlad 31/12/2015	ora e Consolidado 31/12/2014	Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controlad	or	31/12/201 83.67	
Fluxo de pagamento do não circulante: 2016			3.030	Média ponderada da quantidade das ações ordinárias Lucro básico e diluído por ação - R\$		34.847.44 2,4	5 34.847.445
2017		368	368	Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado	no cálculo anterior.		2,04
A Commandia anno di anno da anno da di anno		368	3.398	c) Dividendos	o om balances anuais comestr	nia au intermadiárias	
A Companhia possui contratos de empréstimos os quais possu em 31 de dezembro de 2015.	em ciausulas restritivas nao finar	iceiras peios quais es	tao em conformidade	Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foran		als ou intermediarios.	
15. OBRIGAÇÃO COM PESSOAL				Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
		31/12/2015	ora e Consolidado 31/12/2014	AGE de 31/03/2015 AGE de 31/03/2015	29/05/2015 29/06/2015	11.973 4.148	0,4531 0,4531
Férias Participação nos lucros e resultados (a)		4.423 4.037	5.247 5.924	AGE de 31/03/2015 AGE de 30/06/2015	08/07/2015 08/07/2015	2.000 2.000	0,4531 0,4774
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS Instituto nacional do seguro social - INSS		311 904	307 935	AGE de 30/06/2015 AGE de 30/06/2015	30/07/2015 31/07/2015	2.000 3.000	0,4774 0,4774
Salário educação		65	65	AGE de 30/06/2015	13/08/2015	4.000	0,4774
Previdência privada Contribuição sindical		400	385	AGE de 30/06/2015 AGE de 30/06/2015	28/08/2015 01/10/2015	8.585 4.042	0,4774 0,4774
Total		10.143	12.867	AGE de 30/09/2015 AGE de 30/09/2015	05/10/2015 16/11/2015	1.000 2.000	0,4086 0,4086
 (a) A Companhia concede participação nos lucros e resultados do acordo sindical firmado com a Companhia. 	a seus colaboradores, sendo o v	alor destinado a eles	calculado nos termos	AGE de 30/09/2015 AGE de 30/09/2015	30/11/2015 30/12/2015	8.938 11.479	0,4086 0,4086
A seguir, os valores registrados de despesas de participação r	os lucros e resultados:	Dartininga = '	IOTOR O POCULES -1	AGE de 31/12/2015	11/04/2016	6.901	0,5460
		31/12/2015	31/12/2014	AGE de 31/12/2015 Total	13/05/2016	9.616 81.682	0,5460
Controladora e consolidado 16. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher		4.037	5.924	d) Juros sobre o capital próprio A Administração da Companhia poderá deliberar distribuiçã	o de resultado no forma da	gamento do jurgo och	re o canital prápria na-
	Controladora		Consolidado	termos da legislação vigente.	·	gamento de julos sob	с о сарнат ргорпо, поs
Circulante:	1/12/2015 31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	Os juros sobre o capital próprio propostos ou pagos durante		Valau 4 - 4 - 1	Valor nov coë - Dê
Tributos sobre o lucro Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	564 8.795	564	8.795	Evento AGE de 31/03/2015	Início de pagamento 30/04/2015	1.185	Valor por ação - R\$ 0,0340
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	420 1.689	421	1.690	AGE de 30/06/2015 AGE de 30/09/2015	31/07/2015 30/12/2015	1.324 1.464	0,0380 0,0420
Demais tributos						1.565	

Total circulante 17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Imposto sobre circulação de mercadorias

e serviços - ICMS
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS

Programa de integração social - PIS Impostos de renda retido na fonte - IRRF Contribuição Financeira de compensação de

Política contábil

recursos minerais

Outros

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

1.840

848 175

654

1.423

316 6.240

1.542

392 85

546

1.413

1.840

851 175

654

1.423

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

AGE de 31/12/2015

Juros sobre capital próprio

Total

Dividendos

1.542

392

85

546

1.413

205 14.668

Política contábil A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Os saldos de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2015, representam

1.565 **5.538**

16.518

0,0449

31/12/2014

19.027

19.974

Controladora e Consolidado

I) Beneficios futuros de saúde
A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2015.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os entualizados para o exercício de 2015.

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
123.754	108.641	123.781	108.671
34%	34%	34%	34%
(42.076)	(36.938)	(42.085)	(36.948)
30	32	-	-
1.883	1.533	1.883	1.533
(564)	(1.408)	(564)	(1.408)
647	(840)	659	(828)
(40.080)	(37.621)	(40.107)	(37.651)
32,4%	34,6%	32,4%	34,6%
	123.754 34% (42.076) 30 1.883 (564) 647 (40.080)	31/12/2015 31/12/2014 123.754 34% 34% (42.076) (36.938) 30 32 1.883 1.533 (564) (1.408) 647 (40.080) (37.621)	31/12/2015 31/12/2014 31/12/2015 123.754 108.641 123.781 34% 34% 34% (42.076) (36.938) (42.085) 30 32 - 1.883 1.533 1.883 (564) (1.408) (564) 647 (840) 659 (40.080) (37.621) (40.107)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 encontra-se resumida a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social corrente	(43.992)	(35.871)	(44.019)	(35.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.912	(1.750)	3.912	(1.750)
	(40.080)	(37.621)	(40.107)	(37.651)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios futuros a ex-empregados	5.011	5.131	5.011	5.131
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.027	7.959	9.027	7.959
Provisão para perdas no recebimento de créditos	210	210	210	210
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.373	1.044	1.373	1.044
Mercadorias não embarcadas	1.470	-	1.470	-
Provisão desmobilização da mina	2.051	1.680	2.051	1.680
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	108	112	108	112
Provisão perdas ações Eletrobrás	263	307	263	307
Provisão perdas	661	-	661	-
Outras provisões	59	43	59	43
Total	20.233	16.486	20.233	16.486

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	1.681
2016	3.929	667
2017	1.433	667
2018	728	667
2019 a 2025	14.143	12.804
Total	20.233	16.486

estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2015, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controlado	ra e Consolidado
	31/12/201 <u>5</u>	31/12/2014
Processos trabalhistas (i)	7.952	7.559
Processos cíveis	5.496	4.902
Processos tributários (ii)	18.812	16.658
Total	32.260	29.119

(i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto Modalidade pedidos de (i) hora extra, (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade, (iv) verbas rescisórias entre outras. (ii) Na área tributária os principais processos englobam:

- a) Discussões referente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).
- b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

			Controlado	ora e Consolidado
	Provisões	Provisões	Provisões	
	trabalhistas	cíveis	tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	8.730	4.368	13.440	26.538
Adições	682	524	1.697	2.903
Pagamentos	(322)	-	-	(322)
Reversões	(1.531)	10	1.521	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.559	4.902	16.658	29.119
Adições	393	606	2.154	3.153
Pagamentos	-	-	-	-
Reversões		(12)		(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.952	5.496	18.812	32.260

(iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2015, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 723 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2014), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos. Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as sequintes acões, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

 b) Hierarquia do valor justo A Companhia adotou a premi-
- Ação civil nública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre os impostos retietentes a receitas e despesas sad recominacionos inquidos dos infolios sobre vertidas, excero quando os impostos sobre vendas incompra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso cocrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

	Controlado	ora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas	496.823	478.377
Impostos incidentes sobre as vendas	(71.290)	(70.588)
Receita operacional líquida	425.533	407.789

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir

oobie a natareza acoda acopeda reconnecidas	na acmonotração ao recar	tado são apresentada	o a oogan.	
		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos produtos vendidos	(214.136)	(206.966)	(214.136)	(206.966)
Despesas com vendas	(37.643)	(39.536)	(37.643)	(39.536)
Despesas gerais e administrativas	(50.485)	(49.931)	(50.535)	(50.025)
Remuneração da Administração	(1.328)	(1.843)	(1.328)	(1.843)
	(303.592)	(298.276)	(303.642)	(298.370)
Matéria-prima consumida	(28.250)	(30.817)	(28.250)	(30.817)
(-) Ajuste a valor presente	-	410	-	410
Despesas com pessoal e encargos	(65.642)	(61.217)	(65.642)	(61.217)
Materiais, energia elétrica e serviços	(61.054)	(43.453)	(61.054)	(43.453)
Despesas de vendas variáveis	(35.172)	(35.623)	(35.172)	(35.623)
Depreciação e amortização	(17.350)	(19.237)	(17.357)	(19.246)
Serviços de terceiros	(75.289)	(76.786)	(75.329)	(76.870)
Comissões sobre vendas	(1.747)	(1.888)	(1.747)	(1.888)
Contribuição para entidades de classe	(8.225)	(7.111)	(8.225)	(7.111)
Propaganda e publicidade	(2.673)	(2.270)	(2.673)	(2.270)
Impostos e taxas	(1.197)	(1.135)	(1.197)	(1.135)
Participação nos resultados	(2.899)	(6.297)	(2.899)	(6.297)
Conservação e limpeza	(3.269)	(3.000)	(3.269)	(3.000)
Outras	(825)	(9.852)	(828)	(9.853)
	(303.592)	(298.276)	(303.642)	(298.370)
	201410 1 (0111040			

23. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAL	IS, LIQUIDAS			
		Controladora		Consolidado
•	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	1.959	103	1.959	103
Aluguéis	563	538	590	564
Vendas de bens do imobilizado	1	400	1	400
Outras vendas	80	164	80	164
Créditos extemporâneos	3.206	-	3.206	-
Outras receitas	4	<u>-</u>	4	<u>-</u>
	5.813	1.205	5.840	1.231
		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	-	(125)	-	(125)
Provisão para benefícios pós emprego	(1.299)	(1.423)	(1.299)	(1.423)
Impostos sobre outras vendas	(682)	(540)	(689)	(542)
Custo da baixa do imobilizado	(35)	(146)	(35)	(146)
Desmobilização da mina	(1.093)	(992)	(1.093)	(992)
Outras perdas excepcionais	(1.480)	(423)	(1.480)	(423)
Outras	(309)	(287)	(330)	(308)
•	(4.898)	(3.936)	(4.926)	(3.959)
	915	(2.731)	914	(2.728)

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo

	31/12/2015	Controladora 31/12/2014	31/12/2015	Consolidado 31/12/2014
Despesas financeiras:	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
	(02.620)	(06.745)	(02.620)	(06.745)
e Variação cambial passiva	(92.639)	(26.715)	(92.639)	(26.715)
Descontos concedidos	(1.820)	(1.110)	(1.820)	(1.110)
Juros passivos	(4.833)	(1.473)	(4.833)	(1.473)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(310)	(311)	(310)	(311)
Despesas bancárias	(122)	(107)	(122)	(107)
Variação passiva outros	(3.321)	(2.869)	(3.321)	(2.869)
Outras	(198)	(434)	(198)	(435)
S	(103.243)	(33.019)	(103.243)	(33.020)
Receitas financeiras:	(1001210)	(00:010)	(1001210)	(00:020)
Variações cambiais ativas	95.536	26.855	95.536	26.855
Juros ativos recebidos	133	43	133	43
Juros sobre mútuo	4.257	3.124	4.257	3.124
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo				
certificados de depósitos bancários	872	859	1.039	1.073
S Variações monetárias ativas	7	52	7	52
Realização valor presente	3,240	3.757	3,240	3.757
Outras	7	95	7	96
00000	104.052	34.785	104.219	35.000
Resultado financeiro líquido	809	1.766	976	1.980
1 too atta do intantoni o inquido		1.700		1.000

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2015, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Bens cobertos Edifícios, instalações, Valor da cobertura Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes equipamentos e outros

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas, entretanto, tal avaliação requer considerável julgamento e estimativas para identificar o valor de realização mais adequado. Como consequência as estimativas podem não indicar necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente

A sequir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
232	3.127	235	3.128
4.386	5.228	5.759	6.503
76.054	73.753	76.054	73.753
80.672	82.108	82.048	83.384
	Controladora		Consolidado
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
9.197	13.386	9.197	13.386
71.697	66.679	71.697	66.679
80.894	90.065	00.004	80.065
	232 4.386 76.054 80.672 31/12/2015 9.197 71.697	31/12/2015 31/12/2014 232 3.127 4.386 5.228 76.054 73.753 80.672 82.108 Controladora 31/12/2015 31/12/2014 9.197 13.386 71.697 66.679	31/12/2015 31/12/2014 31/12/2015 232 3.127 235 4.386 5.228 5.759 76.054 73.753 76.054 80.672 82.108 82.048 Controladora 31/12/2015 31/12/2014 31/12/2015 9.197 13.386 9.197 71.697 66.679 71.697

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

26.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes. depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso da Companhia: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Controla	Cotação em 31/12/2015	
	31/12/2015	31/12/2014	(US\$ 1,00 = R\$ 1,00)
e Clientes no mercado externo	76.054	73.753	3,9048
Fornecedores no mercado externo	(508)	(647)	3,9048
s ACE		(58.342)	3,9048
Total da exposição cambial	75.546	14.764	

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

b) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto economico de variações caniminas do incolamento de 2015, conforme abaixo.

Penreciação da taxa

			_	Deprecia	çao da taxa	Aprecia	ição da taxa
Saldos (Moeda estran-			Posição em	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
geira) - Consolidado	Risco	Taxa USD (*)	31/12/2015	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
USD			3,9048	1,9524	2,9286	4,8810	5,8572
Clientes mercado externo Fornecedores mercado	Variação do US\$		76.054	38.027	57.040	95.067	114.081
externo	Variação do US\$		(508)	(254)	(381)	(635)	(762)
Total das exposições			75.546	37.773	56.659	94.432	113.319

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no ultimo dia útil de 2015.

c) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras de curto prazo	4.386	5.228	5.759	6.503
Total da exposição à taxa de juros	4.386	5.228	5.759	6.503

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros

				Projeção receitas financeiras - Um Ano			
				Risco	de redução	Risco	de aumento
Aplicações financeiras -		Posição em	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Consolidado	Indexador	31/12/2015	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
CDI			14,30%	7,15%	10,73%	17,88%	21,45%
Aplicações financeiras							
(Investimentos de curto							
prazo)	CDI	5.759	6.583	6.171	6.377	6.789	6.994
				Pr	ojeção despe	sas financeira	as - Um Ano
Empréstimos e			•	Risco	de redução	Risco	de aumento
financiamentos -		Posição em	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Consolidado	Indexador	31/12/2015	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
CDI			14,14%	7,07%	10,61%	17,68%	21,21%
Empréstimos e							
financiamentos							
Aplicações financeiras							
(Equivalentes de caixa	CDI	68.280	77.935	63.453	61.035	80.352	82.762
TJLP			7,50%	3,75%	5,63%	9,38%	11,25%
Empréstimos e							
financiamentos	TJLP	3.417	3.673	3.289	3.225	3.738	3.801
d) Risco de crédito							
Contas a receber							

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente da Companhia representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2015, e (5% em 31 de dezembro de 2014).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de A Companhia está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

f) Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2014. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

		Controladora		Consolidado
		Alavancagem		Alavancagem
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	71.697	66.679	71.697	66.679
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(232)	(3.127)	(235)	(3.128)
Dívida líquida	71.465	63.552	71.462	63.551
Patrimônio liquido	91.800	95.029	91.800	95.029
Dívida líquida e patrimônio líquido	20.335	31.477	20.338	31.478

27. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía as seguintes garantias:

- (i) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 567, conforme mencionado na nota explicativa 11;
- (ii) Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;
- (iii) Garantia do pagamento de execução fiscal DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado.

28. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

Nelson Pazikas

Ambiente

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A Companhia registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	xa de desconto xa de inflação de longo prazo		10% a.a. 5% a.a.
1/-		24/40/0045	Consolidado
va	lor presente dos desembolsos esperados	31/12/201 <u>5</u>	31/12/2014
203	32	4.742	4.028
203	33	4.070	3.457
203	34	2.109	1.791
203	35 a 2043	1.696	1.442
Tot	tal	12.617	10.718
S	Dire	etoria	

Rubens Rela Filho Contador - CRC-GO 014951/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

SAMA S.A. Minerações Associadas

Minaçu - GO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SAMA S.A. Minerações Associadas ("Companhia"), identificadas Opinião como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimônio lem 31 de dezembro de 2015 e as respectivas de monstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo aspectos relevantes, a posição patrimônio líquido e consolidada. SAMA S.A. Minerações Associadas em 31 de dezembro naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais **Ênfase** e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada

Responsabilidade dos auditores independentes

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgaçõe apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, SAMA S.A. Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem

São Paulo, 27 de abril de 2016.

2015 e 2014



ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Rita de C. S. de Freitas Contadora CRC-1SP214160/O-5